



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXVIII — Nº 36

TERÇA-FEIRA, 8 DE MAIO DE 1973

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMARIO

1 — ATA DA 35ª SESSÃO, EM 7 DE MAIO DE 1973

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Pareceres

— Referente às seguintes matérias:

— Projeto de Lei do Senado nº 14, de 1973, que “dá nova redação ao art. 488 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovado pelo Decreto nº 5.452, de 1º de maio de 1943, assegurando a redução da jornada diária do empregado durante o prazo do aviso prévio, seja ele o notificante ou notificado”.

— Projeto de Lei do Senado nº 17, de 1973, que dispõe sobre o pagamento em dobro dos salários e vantagens legais devidos aos empregados reclamantes e suas testemunhas, quando dispensados, sem justa causa, dentro de noventa dias da reclamatória.

— Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 1973 (nº 1.116-B/73, na origem), que “concede pensão especial a André Kohls”.

— Ofício S-49/72 (Of. 19/72, de 9-11-72), do Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópias das notas taquigráficas e do acórdão proferido nos autos do Recurso Extraordinário nº 72.285, com decisão que declarou inconstitucional dispositivo de decreto estadual de São Paulo.

— Ofício S-51, de 1973 (Of. 23/72-P/MC, de 9 de novembro de 1972), do Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópias das notas taquigráficas e do acórdão proferido nos autos do Recurso Extraordinário nº 74.467, referente à decisão que declarou inconstitucional a Lei nº 1.340, de 7-11-69, do Município de Caçapava, Estado de São Paulo.

— Projeto de Resolução nº 10, de 1973, que autoriza a Companhia do Metropolitano de São Paulo — METRÔ — a emitir Notas Promissórias, necessárias à liquidação de compromissos assumidos com empreiteiros de obras, na forma autorizada pelo art. 4º da Resolução do Senado nº 92, de 1970 (Redação final).

— Projeto de Resolução nº 14, de 1973, que suspende a proibição contida nas Resoluções nºs 58, de 1968, 79, de 1970, e 52, de 1972, para permitir que a Prefeitura Municipal de Itapeva, São Paulo, aumente o limite de endividamento público, mediante operação de crédito com a Caixa Econômica do Estado de São Paulo, para custear obras de pavimentação (Redação final).

— Projeto de Resolução nº 13, de 1973, que suspende a proibição contida nas Resoluções nºs 58, de 1968, 79, de 1970, e 52, de

1972, para permitir que a Prefeitura Municipal de Guaratinguetá, São Paulo, aumente o limite de endividamento público, mediante operação de crédito com a Caixa Econômica do Estado de São Paulo, para conclusão dos serviços de pavimentação (Redação final).

1.2.2 — Leitura de Projeto

— Projeto de Lei do Senado nº 44/73, de autoria do Senador Fausto Castelo-Branco, que autoriza o Poder Executivo a estabelecer gratuidade de vacinas profiláticas e imunizantes e de sua aplicação, e dá outras providências.

1.2.3 — Discursos do Expediente

SENADOR ADALBERTO SENA — Problema das devastações de nossas riquezas florestais.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — 46º aniversário de fundação da VARIG

SENADOR GUIDO MONDIN — Sesquicentenário da instalação do Poder Legislativo no Brasil.

SENADOR ANTÔNIO FERNANDES — Apelo ao Presidente da FUNAI no sentido de se desfazerem boatos da transferência dos índios Pataxós das terras que habitam.

SENADOR VASCONCELOS TORRES — Gratuidade da vereança.

1.2.4 — Comunicação da Presidência

— Designação de Senadores para representar o Senado no XXIV Congresso da Câmara de Comércio Internacional a realizar-se no Rio de Janeiro, de 19 a 26 do corrente.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Resolução nº 8, de 1973, que suspende a execução da alínea c, do nº XX, do art. 41, da Lei nº 4.492, de 14-6-67, do Estado de Minas Gerais, declarado inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal. **Aprovado**, à Comissão de Redação.

— Projeto de Resolução nº 15/73, que suspende a proibição contida nas Resoluções nºs 58, de 1968, nº 79, de 1970, e nº 52, de 1972, para permitir que a Prefeitura de Poloni, São Paulo, aumente o limite de endividamento público, mediante operação de crédito com a Caixa Econômica do Estado de São Paulo. **Aprovado**, à Comissão de Redação.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

EVANDRO MENDES VIANNA
Diretor-Geral do Senado Federal

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

ARNALDO GOMES
Diretor-Executivo

PAULO AURÉLIO QUINTELLA
Chefe da Divisão Administrativa

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 100,00
Ano Cr\$ 200,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 200,00
Ano Cr\$ 400,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido

de Cr\$ 0,30)

Tiragem: 3.500 exemplares

— *Projeto de Resolução nº 16/73, que suspende a execução, por inconstitucionalidade, de dispositivos que menciona da Constituição do Estado de Mato Grosso, promulgada em 13 de maio de 1967*
Aprovado, à Comissão de Redação.

1.4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR BENJAMIN FARAH — Realização, no Estado da Guanabara, da Exposição "Brasil de Hoje", promovida pelo I Exército.

SENADOR GUIDO MONDIN — Transcurso do 9º aniversário de fundação do Jornal *Zero Hora*, do Estado do Rio Grande do Sul.

1.5 — ENCERRAMENTO

ATA DA 35ª SESSÃO EM 7 DE MAIO DE 1973

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 7ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SENHORES PAULO TÔRRES E ADALBERTO SENA

Às 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Senhores Senadores:

Adalberto Sena — Geraldo Mesquita — Flávio Britto — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Renato Franco — Petrónio Portella — Helvídio Nunes — Virgílio Távora — Waldemar Alcântara — Duarte Filho — Paulo Guerra — Luiz Cavalcante — Augusto Franco — Lourival Baptista — Antônio Fernandes — Ruy Santos — Eurico Rezen-de — Paulo Tórres — Benjamin Farah — Osires Teixeira — Fernando Corrêa — Antônio Carlos — Celso Ramos — Guido Mondin.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórres) — A lista de presença acusa o comparecimento de 25 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

O Sr. 1º Secretário vai proceder à leitura do expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE PARECERES

PARECERES

Nºs 67 e 68, de 1973

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 14, de 1973, que "dá nova redação ao art. 488 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovado pelo Decreto nº 5.452, de 1º de maio de 1943, assegurando a redução na jornada diária do empregado durante o prazo do aviso prévio, seja ele o notificante ou notificado".

PARECER Nº 67

Da Comissão de Constituição e Justiça

Relator: Senador José Augusto.

O projeto em exame dá nova redação ao art. 488 da Consolidação das Leis do Trabalho, para determinar que, durante o prazo do aviso prévio, mesmo quando da iniciativa do empregado, a jornada diária de trabalho ficará reduzida de duas horas, excluindo-se, assim, do texto, a restrição ali consignada.

2 — RETIFICAÇÕES

— Ata da 33ª Sessão, realizada em 2-5-73

3 — ATOS DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

4 — INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS

— Ata da 150ª Reunião, realizada em 11-4-73

5 — ATAS DAS COMISSÕES

6 — MESA DIRETORA

7 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDO

8 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

A Proposição foi submetida à consideração do Senado Federal pelo ilustre Senador Nelson Carneiro, com apoio nas seguintes razões:

"Durante o período do aviso prévio a jornada de trabalho do empregado fica reduzida de duas horas, sem prejuízo do salário integral, nos termos do art. 488 da Consolidação das Leis do Trabalho, **somente quando o empregador dá o aviso.**"

Ora, não se compreende, em face do aspecto tutelar que norteia a CLT; **NÃO POSSA O EMPREGADO** gozar das duas horas, quando for ele a parte rescindente."

Se é certo que a matéria pode suscitar divergências no que se refere ao seu aspecto doutrinário, não é menos certo que esta será a oportunidade para encontra-se a fórmula capaz de superar tais divergências, no sentido de uma solução socialmente justa.

Examinado o Projeto no âmbito das atribuições desta Comissão, especialmente no que concerne à sua juridicidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa obstaculizar sua normal tramitação.

Sala das Comissões, em 04 de abril de 1973. — *Daniel Krieger*, Presidente — *José Augusto*, Relator — *Wilson Gonçalves* — *Antônio Carlos* — *Carlos Lindenberg* — *Nelson Carneiro* — *José Lindoso*.

PARECER

Nº 68, de 1973

Da Comissão de Legislação Social

Relator: Senador Renato Franco

De autoria do eminente Senador Nelson Carneiro, o presente projeto reduz em 2 (duas) horas a jornada diária de trabalho, durante o prazo do aviso prévio, também para o empregado demissionário, sem prejuízo do salário integral.

A lei consolidada vigente (art. 488) reconhece este direito ao empregado "somente quando o empregador dá o aviso prévio".

Como bem justifica o nobre autor do projeto, "não se compreende, em face do aspecto tutelar que norteia a CLT, não possa o empregado gozar das duas horas, quando ele for a parte rescindente".

Em consonância com a tese adotada pelo projeto, MOZART VICTOR RUSSOMANO (in "Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho", tomo 3, fls. 897) afirma que, sendo "acentuadamente legal, o aviso prévio é um instituto de ordem pública". E, como tal, não deve admitir anomalias ou disparidades de tratamento entre as diversas classes sociais.

O mesmo autor, em outra obra ("Aviso Prévio no Direito do Trabalho", 1961, pag. 189), assim expressa:

"A situação jurídica não se altera, no que é essencial, quanto à relação de emprego, pelo fato de o aviso prévio partir do obreiro ou do patrão. A única diferença reside no efeito secundário do preaviso. Nada autoriza, na teoria do instituto, a mudança de consequências quando a situação, em si mesma, perdura idêntica."

Comentando o art. 491 da CLT, M.V. RUSSOMANO (cit. obra. pag. 190), afirma:

"Pela natural reciprocidade dos direitos e obrigações ao empregado e ao empregador, no tocante ao aviso prévio — reciprocidade essa que a lei quebra, eventualmente, mas a favor do obreiro — aí se encontra por sinal, um argumento a mais em proveito da interpretação que extrairmos do art. 490."

Ora, se na teoria do instituto do aviso prévio nada autoriza distinções entre empregado e empregador, se a relação jurídica de reciprocidade de tratamento só se quebra, eventualmente, a favor do empregado, por que admitir-se a continuidade da disposição contida no art. 488 da CLT, que protege flagrantemente o empregador?

A proposição, assim, procura adaptar o texto da citada disposição à *mens legis* sobre a qual se alicerçou o próprio instituto do aviso prévio.

Ante o exposto, considerando justo o objetivo do projeto, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 3 de maio de 1973 — *Franco Montoro*, Presidente — *Renato Franco*, Relator — *Wilson Campos* — *Accioly Filho* — *Eurico Rezende*, vencido.

PARECER

Nº 69, de 1973

Da Comissão De Constituição e Justiça sobre o Projeto de Lei do Senado nº 17, de 1973, que "dispõe sobre o pagamento em dobro dos salários e vantagens legais devidos aos empregados reclamantes e suas testemunhas, quando dispensados, sem justa causa, dentro de noventa dias da reclamatória."

Relator: Senador Carlos Lindenberg

Sob o fundamento de que "é praxe, em certas empresas, despedir todo o empregado que interpele reclamação trabalhista, bem como os que dão seu testemunho contra a empresa", o ilustre Senador Ruy Carneiro submete à apreciação do Congresso Nacional o presente Projeto de lei, que assegura àqueles empregados uma indenização, em dobro, no caso da dispensa ocorrer dentro de noventa dias da data da reclamação.

Em que pese seus nobres e elevados objetivos, a proposição, inspirada, segundo seu Autor, em uma das sugestões apresentadas durante o VIII Congresso Nacional dos Metalúrgicos, realizado em São Paulo, parecendo-nos inviável face ao ordenamento jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho.

De fato, fora dos casos de justa causa, enumerados na Consolidação das Leis do Trabalho, o empregador sempre terá de pagar indenização ao trabalhador despedido imotivadamente.

Por outro lado, falta *nexo causal* entre o que o projeto pretende e o constante nas suas disposições — fator indispensável numa lei. Como se pode afirmar, taxativamente, que o empregado dispensado *sem justa causa*, dentro dos noventa dias da apresentação da reclamatória, o foi com base nessa apresentação? Outras razões podem ocorrer, que dêem motivos à dispensa, não incluídas, entanto, na conceituação de "justa causa", dada pelo art. 482 da CLT. E, em certos casos, a "justa causa" ou "falta grave" só pode ocasionar a despedida "após inquérito" em que se verifique a procedência da acusação (art. 494 da CLT). Dessa forma, o empregador pode se ver compelido a despedir o empregado, dentro dos noventa dias referidos no projeto, sem que, no entanto, a razão tenha por base a apresentação da reclamatória.

Ademais, é sabido que, por força do disposto na mesma consolidação, apresentada a reclamatória, terá de ser marcada audiência de Conciliação e Julgamento, à qual se seguirão tantas outras quantas forem necessárias.

Ora, na fase inicial do processo, nem sempre são ouvidas as testemunhas que, na maioria das vezes, só vão depor vários meses após a data da primeira audiência.

O prazo de noventa dias, previsto no projeto, não seria, assim, aproveitado pelas testemunhas. Acrescenta-se a isso a circunstância de que bastaria ao empregador, sujeito à sanção preconizada, deixar fluir aquele prazo para, logo após, despedir o empregado.

Por último, essa nova espécie de *estabilidade* iria cercar o poder de comando do empregador que, assumindo os riscos da atividade, enfeixa em suas mãos o direito de agir de acordo com as conveniências e os interesses da sua empresa, entre os quais se insere, logicamente, o de despedir ou admitir empregados. Neste caso, o projeto criaria problema de difícil solução, pois a despedida, por conveniência do empregador, nunca poderia ocorrer com aquele que tivesse apresentado reclamação ou servido de testemunha, ainda que não houvesse correlação entre os dois fatos.

Em face o exposto, somos levados a considerar o projeto *injurídico*.

Sala das Comissões, em 3 de maio de 1973. — *Accioly Filho*, Presidente em exercício — *Carlos Lindenberg*, Relator — *Nelson Carneiro*, vencido — *José Lindoso* — *Helvidio Nunes* — *Osires Teixeira* — *José Augusto* — *Wilson Gonçalves*.

PARECER

Nº 70, de 1973

Da Comissão de Finanças sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 09, de 1973 (nº 1.116-B, de 1973, na origem), que "concede pensão especial a André Kohls".

Relator: Senador Lourival Baptista

O projeto em exame decorre de Mensagem presidencial, embasada em Exposição de Motivos do Sr. Ministro de Estado do Exército, visando a concessão de pensão especial ao cidadão brasileiro André Kohls, residente no Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, por ter sido vítima de explosão de artefato bélico que encontrara em sua propriedade, após a realização de manobras militares, no início do ano de 1972.

2. Estabelece o artigo 1º da proposição a concessão de amparo a partir de 1º de março daquele ano, época coincidente com o infortúnio, fixando o *quantum* com base no maior salário mínimo vigente no País, sanando-se, destarte, a constante dificuldade com referência à atualização futura do benefício.

3. Prevê o artigo 2º, por outro lado, a hipótese de transferência da pensão aos herdeiros necessários do beneficiário, em caso de morte do mesmo, o que se harmoniza com a legislação civil pertinente.

4. A medida reveste-se de integral justiça e está conforme a regra estabelecida em dispositivo constitucional, que consagra o princípio da responsabilidade civil do Estado por danos causados a terceiros.

A providência merece elogios, face à antecipação do Poder Público a qualquer medida judicial, na reparação da invalidez que vitimou um chefe de família, provocando a carência de recursos indispensáveis à manutenção própria e de sua numerosa família.

5. O aspecto financeiro, ademais, encontra apoio jurídico em razão do que dispõe o artigo 3º, que prevê a fonte de custeio para a execução da medida em apreço.

Ante o exposto, nada havendo a opor ao projeto, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 4 de maio de 1973. — Senador *João Cleofas*, Presidente —

Senador *Lourival Baptista*, Relator — Senador *Eurico Rezende* — Senador *Alexandre Costa* — Senador *Cattete Pinheiro* — Senador *Ruy Carneiro* — Senador *Wilson Gonçalves* — Senador *Jessé Freire* — Senador *Gerardo Mesquita*.

PARECER

Nº 71, de 1973

Da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Ofício nº S-49, de 1972 (Of. nº 19/72, de 9 de novembro de 1972) do Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópias das notas taquigráficas e do acórdão proferido nos autos do Recurso Extraordinário nº 72.285, com decisão que declarou inconstitucional dispositivo de decreto estadual de São Paulo.

Relator: Senador Accioly Filho

O Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal remeteu, ao Senado, nos termos do art. 42, VII, da Constituição, cópia das notas taquigráficas e do acórdão proferido nos autos do Recurso Extraordinário nº 72.285.

Trata-se de recurso interposto de decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo, que concluiu pela validade, em face da Constituição, do art. 1º do Decreto nº 51.345, de 31-1-69, na parte em que deu nova redação ao § 2º do art. 6º do Decreto 47.763, de 17-2-1967.

O Supremo Tribunal Federal deu provimento ao recurso para declarar a inconstitucionalidade do referido dispositivo.

A decisão foi tomada com os votos de dez srs. ministros, alcançando, assim, o número necessário para a declaração (art. 116 da Constituição), tendo sido publicada no *Diário da Justiça* de 26-5-72 e transitou em julgado.

2. O dispositivo julgado inconstitucional considera operação comercial interestadual aquela realizada entre contribuintes de Imposto de Circulação de Mercadorias, sendo um estabelecido no Estado de São Paulo e outro em diversa unidade da Federação.

Não se destinando a mercadoria a contribuinte localizado em outra unidade da Federação, mas a órgãos públicos, devida é a alíquota de 17% de ICM.

Entendeu o Supremo que esse dispositivo afronta a Constituição, "porque não pode a legislação estadual dizer que não é operação interestadual a venda feita de um Estado para outro, somente porque, neste, o comprador não é contribuinte e sim consumidor. A distinção não é autorizada pela lei e, menos ainda, pela Constituição, que, além de se referir, como a lei, a operações interestaduais, ainda define estas como sendo as que se destinem a outro Estado".

Com esses esclarecimentos, concluiu por oferecer o seguinte

PROJETO DE RESOLUÇÃO

Nº 20, de 1973

O Senado Federal decreta:

Art. 1º É suspensa a execução do art. 1º do Decreto nº 51.345, de 31 de janeiro de

1969, do Estado de São Paulo, na parte em que deu nova redação ao § 2º do art. 6º do Decreto nº 47.763, de 17 de fevereiro de 1967.

Art. 2º A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 3 de maio de 1973.
— *Carlos Lindenberg*, Presidente eventual — *Accioly Filho*, Relator — *Wilson Gonçalves* — *José Augusto* — *Eurico Rezende* — *Helvídio Nunes* — *José Lindoso*.

PARECER

Nº 72, DE 1973

Da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Ofício nº S-51, de 1972 (Of. nº 23/72 — P/MC, de 9 de novembro de 1972), do Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópias das notas taquigráficas e do acórdão proferido nos autos do Recurso Extraordinário nº 74.467, referente à decisão que declarou inconstitucional a Lei nº 1.340, de 7.11.1969, do Município de Caçapava, Estado de São Paulo.

Relator: Senador Accioly Filho

O Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal remeteu, ao Senado, nos termos do art. 42, VII, da Constituição, cópia das notas taquigráficas e do acórdão proferido nos autos do Recurso Extraordinário nº 74.467.

Trata-se de recurso interposto de decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo, que concluiu pela validade, em face da Constituição, da Lei nº 1.340, de 7 de novembro de 1969, do Município de Caçapava, daquele Estado.

O Supremo Tribunal Federal deu provimento ao recurso para declarar a inconstitucionalidade da referida lei. A decisão foi tomada com os votos de nove srs. ministros, alcançando, assim, o número necessário para a declaração (art. 116 da Constituição), tendo sido publicada no *Diário da Justiça*, de 6 de outubro de 1972 e transitou em julgado.

2. A lei julgada inconstitucional determina a cobrança, retroativa, como taxa de pavimentação, da contribuição de melhoria corresponde a obras iniciadas ou concluídas nos exercícios de 1967 a 1969.

Consoante entendeu a Suprema Corte, não se pode dar efeito retroativo a um tributo, ainda que se destine a substituir outro que não foi cobrado.

Com esses esclarecimentos, concluiu por oferecer o seguinte.

PROJETO DE RESOLUÇÃO

Nº 21, de 1973

O Senado Federal decreta:

Art. 1º É suspensa a execução da Lei nº 1.340, de 7 de novembro de 1969, do Município de Caçapava, Estado de São Paulo, declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal proferida em 6 de setembro de 1972 nos autos do Recurso Extraordinário nº 74.467.

Art. 2º A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 3 de maio de 1973 — *Carlos Lindenberg*, Presidente eventual — *Accioly Filho*, Relator — *Osires Teixeira* — *José Augusto* — *José Lindoso* — *Wilson Gonçalves* — *Eurico Rezende* — *Helvídio Nunes*.

COMISSÃO DE REDAÇÃO PARECER Nº 73, DE 1973

Redação final do Projeto de Resolução nº 10, de 1973.

Relator: Senador Cattete Pinheiro

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 10, de 1973, que autoriza a Companhia do Metropolitano de São Paulo — METRÔ — a emitir Notas Promissórias, necessárias à liquidação de compromissos assumidos com empreiteiros de obras, na forma autorizada pelo art. 4º da Resolução do Senado nº 92, de 1970.

Sala das Comissões, em 7 de maio de 1973. — *Antônio Carlos*, Presidente — *Cattete Pinheiro*, Relator — *José Lindoso*.

ANEXO AO PARECER Nº 73, DE 1973

Redação final do Projeto de Resolução nº 10, de 1973

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu,....., Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 1973

Autoriza a Companhia do Metropolitano de São Paulo — METRÔ — a emitir Notas Promissórias, necessárias à liquidação de compromissos assumidos com empreiteiros de obras.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Companhia do Metropolitano de São Paulo — METRÔ —, entidade da administração indireta da Prefeitura de São Paulo, autorizada a emitir Notas Promissórias, necessárias à liquidação progressiva de compromissos assumidos com empreiteiros de obras, representados pelos seguintes contratos, na base de 60% (sessenta por cento) dos respectivos valores, na forma autorizada pelo art. 4º da Resolução do Senado nº 92, de 1970.

1 — Contrato assinado em 20 de março de 1969 com o Consórcio formado pelas empresas Azevedo & Travassos S.A. — Engenharia, Construções e Comércio; Construtora Beter, S.A. e Companhia de Construtores Associados no valor estimado de Cr\$ 15.131.859,55;

2 — Contrato assinado em 26 de novembro de 1968 com o Consórcio de Grandes Estruturas "COGE", transferido em 23 de julho de 1970, mediante instrumento particular de cessão de direitos, para o Consórcio Metropolitano de Construções no valor estimado de Cr\$ 27.522.035,74;

3 — Contrato assinado em 20 de março de 1969 com o Consórcio Serveng/Civilsan/MC Alpine/Steers San-

derson & Porter, transferido em 27 de julho de 1970, mediante instrumento particular de cessão de direitos para o Consórcio Metropolitano de Construções, no valor estimado de Cr\$ 29.522.792,67.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

COMISSÃO DE REDAÇÃO **PARECER Nº 74, DE 1973**

Redação final do Projeto de Resolução nº 14, de 1973.

Relator: Senador Cattete Pinheiro

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 14, de 1973, que suspende a proibição contida nas Resoluções nºs. 58, de 1968, 79, de 1970 e 52, de 1972, para permitir que a Prefeitura Municipal de Itapeva, São Paulo, aumente o limite de endividamento público, mediante operação de crédito com a Caixa Econômica do Estado de São Paulo, para custear obras de pavimentação.

Sala das Comissões, em 7 de maio de 1973. — Antônio Carlos, Presidente — Cattete Pinheiro, Relator — José Lindoso.

ANEXO AO PARECER **Nº 74, DE 1973**

Redação final do Projeto de Resolução nº 14, de 1973.

Faço saber que o Senado Federal aprovou nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu,....., Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO **Nº , DE 1973**

Suspende a proibição contida nas Resoluções nºs. 58, de 1968, 79, de 1970, e 52, de 1972, para permitir que a Prefeitura Municipal de Itapeva, São Paulo, aumente o limite de endividamento público, mediante operação de crédito com a Caixa Econômica do Estado de São Paulo.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É levantada a proibição constante do artigo 1º da Resolução nº 58, de 1968, revigorada pelas Resoluções nº 79, de 1970, e 52, de 1972, todas do Senado Federal, para permitir que a Prefeitura Municipal de Itapeva, São Paulo, possa aumentar em Cr\$ 800.000,00 (oitocentos mil cruzeiros) o limite de endividamento público, mediante operação de crédito com a Caixa Econômica do Estado de São Paulo, a fim de custear obras de pavimentação da cidade.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

COMISSÃO DE REDAÇÃO **PARECER Nº 75, DE 1973**

Redação final do Projeto de Resolução nº 13, de 1973.

Relator: Senador José Lindoso

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 13, de 1973, que suspende a proibição contida nas Resoluções

nºs. 58, de 1968, 79, de 1970, e 52, de 1972, para permitir que a Prefeitura Municipal de Guaratinguetá, São Paulo, aumente o limite de endividamento público, mediante operação de crédito com a Caixa Econômica do Estado de São Paulo, para conclusão dos serviços de pavimentação.

Sala das Comissões, em 7 de maio de 1973. — Antônio Carlos, Presidente — José Lindoso, Relator — Cattete Pinheiro.

ANEXO AO PARECER **Nº 75, DE 1973**

Redação final do Projeto de Resolução nº 13, de 1973.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição e eu,....., Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO **Nº , DE 1973**

Suspende a proibição contida nas Resoluções nºs. 58, de 1968, 79, de 1970, e 52, de 1972, para permitir que a Prefeitura Municipal de Guaratinguetá, São Paulo, aumente o limite de endividamento público, mediante operação de crédito com a Caixa Econômica do Estado de São Paulo.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É suspensa a proibição constante do artigo 1º da Resolução nº 58, de 1968, revigorada pelas de nºs. 79, de 1970, e 52, de 1972, todas do Senado Federal, para permitir que a Prefeitura Municipal de Guaratinguetá, São Paulo, aumente em Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) o limite de endividamento público, mediante operação de crédito com a Caixa Econômica do Estado de São Paulo, a fim de concluir os serviços de pavimentação do município.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórres) — O expediente lido vai à publicação. Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 44, de 1973

Autoriza o Poder Executivo a estabelecer gratuidade de vacinas profiláticas e imunizantes e de sua aplicação, e dá outras providências.

(Do Senhor Fausto Castelo-Branco)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a estabelecer gratuidade de vacinas profiláticas e imunizantes e de sua aplicação.

Parágrafo único. A gratuidade referida neste artigo não se aplica nos casos em que as vacinas forem necessárias à expedição e regulamentação de documentos para viagens nacionais e internacionais.

Art. 2º O Poder Executivo, através do Ministério da Saúde, regulamentará a

presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua entrada em vigor.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justificação

O presente projeto visa corrigir uma distorção que vem, com a sua existência, prejudicar os interesses maiores dos beneficiários da saúde pública. Não constitui, entretanto, um ato ilícito, apenas injusto e desumano na atual conjuntura.

O que está ocorrendo é que algumas vacinas estão sendo aplicadas somente com pagamento. Seja ela de caráter imunizante ou profilática. É uma grande injustiça, pois há doentes que, realmente, não as podem pagar. Com a recusa de sua vacinação, pode-se advir daí o grassamento dos males endêmicos em outras pessoas não doentes. É de interesse da saúde pública.

As vacinas, como, por exemplo, a amarílica, contra a febre amarela; a reação "lepromina" ou teste mitzuda, que é utilizada para se verificar o grau de malignidade do caso clínico na Hanseníase; a anti-rábica; a anti-variólica; a antiflog; etc., são, constantemente, aplicadas na população, principalmente média e pobre, e não devem estar, por isso mesmo, sujeitas a pagamentos.

A exceção prevista, para a cobrança de vacinas, conforme o parágrafo único do presente projeto, é perfeitamente aceitável, pois apenas dizem respeito a pessoas de alto poder aquisitivo que delas necessitam para vistos de entrada ou saída no País, passaporte, etc., em viagens internacionais. São turistas ou empresários, nacionais ou estrangeiros, que podem e devem pagá-las. A população não. A esta deverá ser gratuitamente a vacina e sua respectiva aplicação, que vem sendo cobrada por portarias e resoluções internas de institutos da área da saúde pública.

A isenção de cobranças ou gratuidade de vacinas e de sua aplicação é um imperativo da saúde pública e, inclusive, de interesse da segurança nacional. Os indivíduos portadores de doenças transmissíveis, de baixo poder aquisitivo, ficam sem poder vacinar, grassando, assim, os males endêmicos ou epidêmicos, transformando uma população sadia em grandes áreas epidemiológicas, com o conseqüente comprometimento e enfraquecimento do desenvolvimento nacional.

A prevalecer o critério, atualmente em vigor, teremos um crescimento geométrico dos males endêmicos ou epidêmicos.

Visando tão altos objetivos e, principalmente, a população necessitada, é que submeto o presente projeto aos meus nobres Pares, que saberão, estribados em relevante senso de Justiça, reconhecer a sua procedência e conseqüente aprovação.

Sala das Sessões, em 7 de maio de 1973. — Senador Fausto Castelo-Branco.

(As Comissões de Constituição e Justiça, de Saúde e de Finanças.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórres) — O projeto que acaba de ser lido irá às comissões competentes.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Osires Teixeira. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Adalberto Sena.

**O SR. ADALBERTO SENA PRO-
NUNCIA DISCURSO QUE, ENTRE-
GUE À REVISÃO DO ORADOR, SE-
RÁ PUBLICADO POSTERIORMEN-
TE.**

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórres) —
Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O Sr. Lourival Baptista (Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Senadores: a 7 de maio de 1927, era fundada a VARIG, que hoje comemora seu 46º aniversário, o que nos faz recordar, de logo, a figura humana e empresarial de Rubem Berta. Sua capacidade de trabalho e seu idealismo constituem parte substancial da história da VARIG, que hoje se situa entre as maiores empresas de aviação do mundo. Nada mais justo, portanto, que prestemos, nesta ocasião, um preito à memória desse admirável rio-grandense que foi Rubem Berta, que se imortalizou na obra a que dedicou toda sua vida.

Todos sabemos o que é hoje a VARIG, magnífica projeção do Brasil no mundo moderno. Apesar disso, parece-nos oportuno mencionar aqui alguns dados que simbolizam a grandeza dessa empresa brasileira, que tanto serve ao Brasil e tanto o promove em todo o mundo.

Em 1972, informou a imprensa, seu lucro operacional foi de 126 milhões de cruzeiros. A receita das linhas internacionais — em constante expansão — aumentou de 113 milhões de dólares em 1971 para 138 milhões em 1972, que teriam sido carregados para outro país não estivesse presente, através da VARIG, a Bandeira brasileira. Aumento semelhante ocorreu no tocante a horas de voo: de 95.703, em 1971, para 108.409 em 1972. Em quilômetros voados passou, no mesmo período, de 58.379.000 para 67.803.000, enquanto em toneladas-quilômetro passava de 170.338.000 para 232.644.000, e de 3.353.370.000 passageiros-quilômetro para 3.878.236.000.

Representa isso a participação de 31,3% no tráfego de passageiros e de 48% no transporte de carga, com a VARIG mantendo também a liderança no mercado doméstico.

Em constante expansão, como dissemos, este ano já aumentou suas frequências semanais para Bogotá e México, devendo ser inaugurada agora uma nova linha para a cidade do Porto, com escalas em Recife e Lisboa. No ano passado, destacou-se a reformulação das "linhas cargueiras", visando atender à crescente demanda. Hoje, levando a Bandeira brasileira — e, sobretudo, a cordialidade característica de nossa gente —

a todos os recantos do mundo, possui a VARIG 14 Boeings 707, 1 Douglas DC-8, 4 Boeings 727, 10 Electras e 8 Avros, estando esta frota sendo acrescida de 3 Boeings 707 e 3 Boeings 727, além de dois DC-10, série 30, com opção para mais dois, ocupando o 14º lugar entre as 105 empresas filiadas à IATA.

Estes dados, mesmo sumários, são suficientes para justificar que manifestemos desta tribuna nosso júbilo pelo 46º aniversário de fundação da VARIG, manifestando nossa confiança de que essa empresa permanecerá sempre fiel a seu passado, tornando-se cada vez maior e, assim, engrandecendo sempre mais o Brasil.

Todos somos testemunhas da cortesia que caracteriza os que trabalham nessa empresa, que se esmera no bom tratamento a seus clientes e passageiros, sejam eles quais forem, do que é magnífico exemplo seus representantes no Congresso Nacional: sempre atenciosos e corteses, na fidelidade à tradição da VARIG!

O Sr. Antônio Carlos — Permite V. Ex^a um aparte, Senador Lourival Baptista?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — com muito prazer.

O Sr. Antônio Carlos — Nobre Senador Lourival Baptista, desejo solidarizar-me com as palavras que V. Ex^a está proferindo em homenagem à Viação Aérea Rio Grande do Sul, a VARIG, pelo transcurso de mais um aniversário dessa empresa. Realmente, a VARIG faz justiça à sua legenda: "a pioneira". A navegação aérea comercial no Brasil teve início pouco antes de 1930, quando da celebração de convênio entre o Governo da República e a Condor Syndikat, mais tarde substituída pela Cruzeiro do Sul. Permita aqui, nobre Senador Lourival Baptista, ainda que ferindo princípios comezinhos de modéstia, lembrar que foi, quando titular do Ministério da Viação e Obras Públicas, o eminente catarinense Victor Konder o primeiro Ministro de Estado a patrocinar este convênio com a Condor Syndikat e a efetuar uma viagem em linha comercial, partindo num hidroplano do Rio de Janeiro até as cidades de Itajaí e Florianópolis. Mais tarde a VARIG passou a se desenvolver no Rio Grande do Sul e na região Centro-Sul do nosso País. A VARIG foi, acima de tudo, um instrumento para resolver o problema em nosso País de modo um pouco diverso de outros países em desenvolvimento. Graças ao esforço da VARIG, secundada pela Cruzeiro do Sul e por outras empresas particulares, o Governo brasileiro não precisou fazer investimentos financeiros e técnicos para criar uma linha aérea comercial estatal. A VARIG e outras companhias particulares brasileiras, auxiliadas também pela Viação Aérea São Paulo — a VASP, criaram no Brasil um sistema de transporte aéreo comercial que, no meu entender, não só substituiu a empresa estatal de outros países em desenvolvimento como a superou em eficiência e capacidade de transporte e em projeção do nome do Brasil. Hoje a VARIG, como V. Ex^a assinalou muito bem em seu discurso, liga o Brasil a todos os continentes, e a Cruzeiro do Sul também faz ligações do nosso País com outras Capitais latino-

americanas. Mas a VARIG foi, de fato, a pioneira. Sob o comando notável de Rubem Berta, a VARIG marcou um passo avançado no desenvolvimento tecnológico da aviação no Brasil e, também, no desenvolvimento social da nossa Pátria. Portanto, congratulo-me com V. Ex^a pelo registro que está fazendo.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Agradeço a V. Ex^a, eminente Senador Antônio Carlos, o aparte com que vem enriquecer o meu pronunciamento. V. Ex^a trouxe a história, os primórdios da VARIG. E, com muita satisfação, acabo de tomar conhecimento de que para isso concorreu muito o trabalho, a inteligência e o esforço daquele eminente e saudoso Ministro que foi Victor Konder, filho de Santa Catarina, Estado que, com muita dignidade e nobreza, V. Ex^a representa neste Senado.

O SR. Antônio Carlos — Muito obrigado.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Sr. Presidente, não poderia, nesta ocasião, deixar de salientar o inestimável serviço que presta ao meu Estado, para onde tem vãos diários com Boeings, com retorno no mesmo dia, e duas vezes por semana com Electra, numa ligação estreita de Aracaju com todas as Capitais dos Estados. Da mesma forma, não poderia, sem faltar à imperiosa questão de justiça, deixar de exaltar o excelente e cordial atendimento que nos é dado a todos na Agência da VARIG em Aracaju, sob a gerência do Sr. João Amaral, como se dá, igualmente, aqui em Brasília, sob o comando de Gedy Rodrigues de Moraes — Gerente Geral — exemplos de cordialidade, atenção e prestimosidade que constituem lemas da empresa a que servem com inteligência, capacidade, dedicação e idealismo.

Congratulando-nos com a VARIG pelo seu 46º aniversário, formulamos nossos votos de felicidade a todos que nela trabalham. Desde o seu Presidente — Erick Carvalho, que tem sabido dar continuidade ao idealismo de Rubem Berta — até seu mais modesto funcionário — todos unidos em torno de um mesmo ideal, empenhados em servir ao Brasil e a todos seus passageiros, bem como aos que nela confiam, recorrendo a seus vários serviços, como o de transporte de cargas.

Apesar do imenso caminho já percorrido, a VARIG ainda muito tem que crescer, pois saberá acompanhar o progresso da aviação mundial e, especialmente, o vertiginoso progresso brasileiro. E saberá levar cada vez com maior eficiência e maior carinho o Pavilhão nacional em suas inúmeras linhas internacionais, o que está plenamente assegurado, graças à visão e capacidade do Presidente Erick de Carvalho, que tanto tem expandido a empresa desde que assumiu a sua Presidência. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Adalberto Sena) — Tem a palavra o nobre Senador Guido Mondin.

O SR. GUIDO MONDIN (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, hora de soliloquio e de reflexões no paradoxo do meu destino — porque sou a qualidade e a quantidade da multidão —, en-

trego-me ao monólogo, sob as sugestões multifárias do meu natalício.

Sou, simultaneamente, velho e novo no transcurso do meu sesquicentenário.

Debruçado sobre a minha própria história, percorro o tempo e nele busco, como num grande espelho, a imagem que faço de mim mesmo.

Meu embrião está nos antecedentes da Independência, meio de além-mar, meio nativo, para exprimir-me em definições telúricas no nascedouro da minha missão.

Vim para integrar, na experiência tropical, a tríplice força, na fórmula de Montesquieu. Vim para somar e harmonizar, na finalidade excelsa de auscultar e representar uma comunidade opulenta em valores morais, pelas veredas da liberdade.

Da Faia do Trono eu guardaria uma sentença que ressoa indelével: "... mas que sejam (os Poderes) de tal modo organizados e harmonizados, que se lhes torne impossível, ainda pelo decurso do tempo, fazerem-se inimigos e cada vez mais concorram de mãos dadas para a felicidade geral do Estado".

Fiz-me instituição por entre vicissitudes porque estava traçado no meu composto ontológico que outra jamais seria a minha existência.

Eu seria, como sou, a voz das gentes, a convergência das solicitações coletivas, a amostragem, as cambiantes, cada estágio da sociedade em permanente movimento. Meu sangue, meus nervos, minha alma, vinham, como vêm, do sangue, dos nervos, da alma dos que se constituem em mim. Suas virtudes são as minhas virtudes, seus defeitos são os meus defeitos. Para ser seu mandatário, sou, antes, sua essência.

Não bastaria, para constituir-me, reunir em mim qualidades fundamentais de desempenho, porque dependo de variados fatores que outros Poderes desconhecem. Condição-me-a a equilíbrios, a disputas, a exigências, a desgastes, a emoções, a paixões. Viveria sob a observação, a censura, o julgamento, e mormente, sob o guante de um gesto-síntese que desafia todos os prognósticos no mistério inquietante do voto.

Minha existência é complexa e, por ser complexa, nem a todos é dado interpretar as variações do meu comportamento na urdida dos imprevistos históricos. Sou disponibilidade em atalaia, um sismógrafo a registrar fenômenos sociais e políticos.

Fui sempre assim em todos os embates. Propus-me a olhar sempre para a frente, mas sou continuidade, surpreendendo as repetições da História nos fatos em sucessão. Parecem-se sempre interrupções temporárias com dissoluções preteritas. Assemlham-se muito a renúncias e abdicações.

Vejo-me nas crises do Primeiro Império e perpasso as cinco décadas do Segundo, com a Nação abrindo caminhos por entre questões e soluções impositivas de sua personalidade.

Tudo vivi, minha voz partindo da tribuna, para alcançar, em ecos longevos, a vastidão da carta geográfica e o âmago das consciências.

Dos albores do Império à aurora republicana, como nos sucessos posteriores, fui pre-

sença em combate. Conheci o amargor do degredo e do exílio. sangrei ferido sob o punhal de sicários.

Particpei de tudo, como participo, porque sou fonte de decisões, sem jamais conhecer tranqüilidade.

Tenho de desvendar em intangíveis causas o elemento racional para as minhas palpáveis e abertas atitudes, no risco indefectível das interpretações falazes.

Não serei nunca diferente, porque sou a opção de um povo. Não serei nunca diferente, porque sou articulação de imperativos. Não serei nunca diferente, porque esta é a minha natureza, uma vida em permanente explicação, para mim mesmo, para os que me vêem somente pelo filtro tantas vezes opaco das notícias, para as minhas relações com as demais forças do arcabouço democrático.

Nas minhas reflexões, penetro e reexaminoo esse universo imponderável, emaranhado de sutilezas, de contradições, de paradoxos, numa tessitura que me vergasta a inteligência, a mim, que sou a expressão de anseios tangíveis, de clamores sem subterfúgios.

Medito sobre o gesto e a palavra dos que, me sabendo insubstituível no resguardo de uma filosofia de Estado e de um conceito de vida, não obstante me combatam, me agredem, me caluniam, quando não apenas desdenham da minha existência. Medito talvez mais sobre a irônica atitude dos que, simulando solidariedade, me apresentam sempre desfigurado. Nesta contextura, nem cuido de avaliar minha própria força, talvez porque me amparo somente na fortaleza dos raciocínios e nos valores imperecíveis da Democracia, que preponderam mesmo nas mentes menos lúcidas, porque aí imperam intuições que se transformam na razão primeira da solidariedade.

Assim vivo, como culminância de uma sucessão de estágios. Sou sentimento popular organizado. Sou vocação missionária, porque incapaz de segregar-me e omitir-me ante as solicitações que me cercam. Sou militante político, agitando-me mesmo na restrita mas fundamental ação de remotas comunidades sertanejas.

Sou Partido Político, num consórcio de tendências confluentes. Meus ideais se embasam nos anseios, nos sonhos, nas tradições e nos valores da nacionalidade, tudo trazendo comigo haurido da própria vida partidária. Sou reflexo dessa vida, do seu vigor ou da sua pusilanimidade, do seu equilíbrio ou de sua intemperança, de sua grandeza ou de sua pequenez de horizontes.

Por isto mesmo que sou Partido Político, divido meu pensamento nas lutas que travo, fazendo-me divergência em busca de convergências. Debato as questões nacionais predispondo os temas aos raciocínios conflitantes. Deixo que o calor da refrega por vezes me incendeie, encontrando a síntese na própria luminosidade que se irradia.

Tudo está na minha natureza, na minha contextura de Poder.

Há cento e cinquenta anos sou assim. Não cessarei de ser assim, para que outros cento e cinquenta anos e outros mais sobrevenham.

Olho para mim mesmo com realismo, num esforço intenso de autocritica. Sei como seguir os caminhos do acerto, como não desconheço os desvãos das minhas deficiências.

Por vezes deixo-me abater pelo desânimo e entro em lamentos que, por sua persistência, fazem o prazer dos que me querem ineficaz e inútil, esquecido de que não devo proceder assim. Não temo confessá-lo, porém, porque paralelamente lembro os meus recursos e os elementos de que disponho para reagir a cada revés, eis que tenho consciência de que tudo está em mim, pois aprendi que só de mim, pelo que represento, devo esperar alento. E como não pensar assim, eu que venho de campanhas exaustivas sem deixar-me dominar pelo cansaço? Eu, que sei sorrir em meio a emoções demolidoras? Eu, que escondo na alize de cada gesto a tragédia das minhas inquietações, na mais insegura das conquistas? Ah! os que nunca viveram a política, não podem compreender essas indagações!

Sei que muitos ignoram do que sou capaz nos meus serviços à Nação. Nunca me viram, é claro, vencer madrugadas, os olhos vermelhos de fadiga, completando tarefas em meio a debates cortantes, em que a cultura e os ardis se confundem na escalada dos argumentos e das votações decisivas. Nunca me viram, é certo, aprofundar-me em pesquisas, buscando o irrefutável, para que a minha opinião reflita um máximo de verdade. Não conhecerão, bem sei, o que é a minha luta pela justiça, postulando decisões e recursos, sempre a serviço das grandes causas populares. Como compreenderão meus desvelos, em diuturno esforço aos que se socorrem de mim no natural atendimento de suas causas?

Pois foi sempre assim ao longo de minha vida. Há de ser sempre assim na minha trajetória, porque nela, somente nela, subsiste, na sua grandeza como nas suas vacilações, na sua sublimidade como nas suas imperfeições, o único regime compatível com a dignidade da pessoa humana.

Não transformaria as comemorações do meu sesquicentenário numa oportunidade de lamúrias, de transferência de responsabilidades ou de agressão. Prefiro, ao ensejo, recolher-me em reflexões. Não escondo que, na festa que promovi, lamentei a ausência de tantos que me são caros, porque, afinal, eles se confundem comigo. Ornamentei a Casa para que viessem. Pedi que preces se levantassem ao Altíssimo, se tudo quanto faço tem o cunho da minha crença nas forças do espírito. Mas as preces, que tantos não rezaram comigo, abasteceram-me ao menos em compreensão, dizendo-me quanto há por fazer para que se aclare as mentes no amor às instituições.

Se nunca perdi o sentido da minha presença, se nunca procurei obscurecer em mim mesmo a realidade que me circunda, se sempre soube encontrar o equilíbrio de movimentos em meio à procela, este meu natalício de século e meio trouxe-me experiências e ponderações novas, que recolho para prosseguir. Serei capaz, pela consciência da mi-

nha missão, pela força da minha inteligência e da minha sensibilidade, de vencer todas as adversidades, embora saiba que me desfiguraria num clima que não fosse de solicitações constantes ao meu caráter de lidador. Não posso, não quero, não devo, um só instante, olvidar que carrego em meu destino o estigma da Democracia, porque, afinal, eu sou o Congresso! (Muito bem! Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE (Adalberto Sena) — Concedo a palavra ao nobre Senador Antônio Fernandes.

O SR. ANTÔNIO FERNANDES (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, desde o descobrimento do Brasil, vivem em Barra Velha, próximo do Monte Pascoal, em Porto Seguro, os índios Pataxós, descendentes dos Tupiniquins.

A tribo é composta de cerca de 372 indivíduos, dos quais 194 são menores de 15 anos de idade.

Entre os fiéis que se encontravam em Coroa Vermelha, assistindo à missa solene pela inauguração da BR-101, em 22 de abril, havia um grupo de índios, representantes da tribo, que vinham tentar, junto a quem de direito, uma solução para evitar a perda de suas terras, onde vivem desde antes do Descobrimento.

Ouvi declarações do Conselheiro da tribo, o caboclo Firmo Ferreira, de que a FUNAI promete que eles vão ficar em Barra Velha, porém estão preocupados pela incerteza que está contagiando a sua comunidade, por falta de maiores esclarecimentos e pelos boatos de que uma comissão já fora nomeada pela FUNAI, para escolher o local para onde seriam transferidos.

Os índios, ao participarem da festa, aproveitaram para vender arcos, flechas e colares, de fabricação da tribo, numa ocasião rara de encontrar tanta gente reunida.

Outras oportunidades lhes serão oferecidas com o desenvolvimento turístico que trará a Porto Seguro, pela nova rodovia, inúmeros visitantes, com bastante vantagem para eles, já localizados no Parque Histórico de Monte Pascoal, porque virá desenvolver o seu artesanato, garantindo-lhes uma nova fonte de receita e melhorando as condições de vida.

É do meu intuito cumprir a promessa que fiz ao Conselheiro da tribo, em Porto Seguro, de fazer um apelo ao Presidente da FUNAI, General Bandeira de Melo, para que providências sejam tomadas no sentido de se desfazerem os boatos de transferência dos Pataxós, de suas terras, local histórico, onde os primeiros atos do Descobrimento tiveram o testemunho de sua gente e de onde não desejam sair.

Merece todo apoio, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a alta razão invocada pelos Pataxós, de desejarem permanecer dentro do seu Parque, onde tal permanência pode constituir elemento de aprimoramento da civilização, aculturação e integração, dentro do seu ambiente.

São razões e direitos invocados que devem formar a base para a civilização que além de um entendimento justo do relaciona-

mento social, exprime uma visão cristã da vida e do destino do silvícola.

Não seria demais lembrar que uma das fontes espirituais para a catequese no Brasil foi o Cristianismo, cuja influência no espírito brasileiro fez preponderar o legado dos jesuítas, desde os ensinamentos de Nóbrega e Anchieta, mostrando que, além da vida na floresta, há a vida do ser humano, nos meios civilizados, portador de direitos essenciais, direitos que fazem parte da ordem divina do mundo, instituído pelo Filho e imagem terrestre de Deus.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, formamos uma comunidade cristã e, como tal, não devemos ser indiferentes aos serviços dos que têm por missão de levar ao índio a noção de que sua vida reflete da ordem divina e conscientizar seres bravios para a imensa riqueza social formada pelos homens cultos e civilizados.

Devo salientar, com justiça, que o governo não tem se descurado do problema indigenista brasileiro e, nos últimos tempos, a política silvícola passou a ter nova dimensão, com a criação da FUNAI. Dimensão que reside, justamente, no cuidado das autoridades desse Órgão, em criar condições favoráveis para o bem-estar das comunidades indígenas, no território pátrio.

Aceto e confio, Sr. Presidente, Srs. Senadores, nas declarações feitas pelo General Bandeira de Melo, na mensagem dirigida ao País, comemorando o Dia do Índio, quando afirma que "os grupos tribais mais aculturados recebem uma assistência orientada, visando a integração espontânea, lenta e gradativa na comunidade nacional, sem que haja destruição dos padrões culturais de origem".

"A FUNAI respeita e faz respeitar a pessoa do índio como ser humano e sobretudo brasileiro como nós. Dentro deste princípio, envida todos os esforços no sentido de garantir-lhes a terra onde vivem, seu cultivo racional e o justo valor dos bens econômicos que produzem."

Acredito na boa orientação da FUNAI em conservar o índio dentro do seu sistema de vida para desenvolver a sua preparação em busca de sua integração na comunidade nacional, como método eficaz para a consecução dos objetivos e dos anseios nacionais.

Ela evolui para novos estágios, adapta-se às contingências, investe em novas esferas, e, enquanto houver mudanças a processar, há de se fazer presente e revelar sua capacidade de imaginação e de ação.

Ao olhar para o tempo e espaços percorridos, enxergo um acervo de conquistas e realizações deveras razoáveis, do qual legitimamente pode se orgulhar ante a Nação. Porém, ao lançar as vistas para o futuro, constata-se que muito ainda há por fazer e que muitas lutas serão enfrentadas antes de proclamar sua última vitória.

Acredito e confio no esforço dos seus dirigentes, conscientes, todavia, de que podem queimar etapas para apressar o seu progresso, atuando e renovando, onde quando se tornarem necessárias sua ação e presença.

Ação e presença é o apelo que ora faço aos dirigentes da FUNAI, para vencer, um a

um, todos os obstáculos que possam antepor aos interesses dos Pataxós, no meu Estado, tendo em conta a verdade de que eles possuem direitos inalienáveis e que precisam ser conservados com a devida preocupação e cautela.

Com estas palavras, Sr. Presidente, Srs. Senadores, estou me desincumbindo da promessa que fiz aos Pataxós, ao ser procurado pelo seu Conselheiro, em Porto Seguro. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Adalberto Sena) — Concedo a palavra ao nobre Senador Vasconcelos Torres.

O SR. VASCONCELOS TORRES (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, tenho lido, ouvido e aplaudido notícias a respeito de próxima alteração constitucional, que permitirá corrigir clamorosa injustiça no que tange ao tratamento dado aos Vereadores deste País.

Estou ansioso para que o sinal verde aqui no Congresso ou a iniciativa do Excelentíssimo Senhor Presidente da República se consubstancie em mensagem, a fim de que a anomalia existente possa, de uma vez por todas, ser erradicada.

Não se compreende, hoje em dia, na política objetiva brasileira, que um mandato, mesmo aquele na escala inicial, não tenha a remuneração compatível com as despesas que ele exige.

Ora, todos nós sabemos que o Vereador é, sem dúvida nenhuma, o representante mais direto do povo, aquele que tem contato imediato com seus eleitores, que vive na área onde os problemas surgem e exigem uma providência urgente. O Vereador não tem — eu não diria a comodidade do Deputado estadual, do Deputado federal ou do Senador pela distância. Ao contrário, tem, diante da sua casa e da sua bancada de vereador, tudo aquilo que atormenta uma cidade. É ele assim — e acho isto um belo capítulo da Sociologia Política brasileira — um elemento muito importante, porque significa ponte do diálogo entre as esferas mais altas da representação popular, trazendo as reclamações, solicitando as providências, dando conta da sua atividade.

Ainda como um traço a salientar que realmente exige a remuneração do mandato, é que as despesas, na comunidade de que faz parte, correm rigorosamente por sua conta.

É o Vereador que batiza; é o Vereador o padrinho de casamento; é o Vereador, em qualquer ponto do Território Nacional, que tem de providenciar a remoção de um doente, às vezes no seu carro e em outras circunstâncias, quando o município dispõe de uma ambulância, mesmo assim ele tem de ir ao lado. Porque nessas horas, não os eleitores, mas a família interiorana tem confiança naqueles que representam o seu interesse na Câmara Municipal.

Sr. Presidente, o Vereador é também um homem sobrecarregado neste País de futebol, porque, pelo menos uma vez por ano, é solicitado a dar um jogo de camisas, uma bola, um conjunto de calções, uma rede para o time. E isso nós encontramos, sem exceção, por esses brasis a fora, prejudicando

grandemente a bolsa do Edil pátrio. Era eu Sub-Relator do Poder Legislativo, quando debatíamos o Anteprojeto da Carta de 67, enviado pelo saudoso Presidente Castello Branco, e ao mesmo tempo autor de várias emendas que consagravam o princípio da remuneração ao Vereador, evidentemente respeitando a arrecadação municipal para a fixação de um critério geral, a exemplo do que ocorre com o Deputado estadual, que não pode receber mais do que dois terços do vencido por um Deputado federal, e também correlacionando esses fatos com a disponibilidade financeira das diversas prefeituras do interior brasileiro, a fim de coibir previamente os abusos que, no passado, infelizmente, existiram. Mas o critério foi estabelecido para a remuneração do Vereador das capitais e cidades com mais de 200 mil habitantes. Naquela ocasião, o Presidente dos nossos trabalhos, Deputado Pedro Aleixo, intransigentemente contra a remuneração ao Vereador, alegava que tendo sido representante da Câmara, no seu município, em Belo Horizonte, lá havia a norma de não se pagar Vereador e que S. Ex^a achava que não deveria remunerar sequer os Vereadores das capitais e os das cidades com mais de 200.000 habitantes. Estava ainda, a interessante figura parlamentar de Pedro Aleixo, com o pensamento inteiramente voltado para o passado quando, já em 1967, a realidade era muito outra. E ninguém — tenho sentido particularmente isto no meu Estado — ninguém mais, mesmo com remuneração, se interessa pelo exercício desse mandato importantíssimo. E sem a remuneração, entre outras consequências, prevíamos que as Câmaras Municipais poderiam talvez ser infestadas por grupos interessados em andamento de processos, de projetos de indústrias localizadas na área municipal e que, inclusive, esse critério poderia degenerar numa fonte desagradável de corrupção.

Mas o Deputado Pedro Aleixo foi intransigente — apesar das numerosas vitórias que tivemos no transcorrer daqueles memoráveis e trabalhosos dias em que a Carta de 1967 estava, Sr. Presidente, ainda “no forno”. E aqui compete a oportunidade do elogio ao Presidente Castello Branco que transigiu várias vezes pela madrugada a tora. Tínhamos o *bâtonnier* Senador Daniel Krieger em contato com S. Ex^a, que não dormia, e algumas dificuldades foram vencidas. E essa dos Vereadores esteve a pique de ser votada favoravelmente. Entretanto, motivos de força maior fizeram com que esse critério esdrúxulo de remuneração apenas para as Capitais e cidades com mais de 200 mil habitantes prevalecesse. Agora, ao que sei e por isso veementemente ansio, é que o próprio Governo Federal procurará corrigir a distorção incrustada na nossa Carta Magna permitindo que os Vereadores de todo o País tenham a sua remuneração compatível com a arrecadação dos municípios que representam. Muito trabalhei por isso e cheguei ainda a um ponto até mais alto, porque desejava e desejo que os Vereadores, no exercício do mandato, tenham asseguradas as suas imunidades parlamentares para evitar abusos de alguns prefeitos, sobas e chefetes, que não

tendo um espírito de compreensão para a crítica têm levado muitos vereadores às barras das Varas Criminais e dos Tribunais de Justiça, processando muitos deles por calúnia, injúria e difamação.

É evidente que seria instituído bem limitado, não tão ampliado quanto o das imunidades parlamentares federais, para o Senador e para o Deputado Federal — estas atualmente bem restritas, mas pelo menos ainda existem, existindo no exercício da tribuna o direito de dizer o que pensam, não acontecendo infelizmente o mesmo em relação aos Vereadores.

Sr. Presidente, creio que o fato é verdadeiro, em virtude de o eminente Senador Filinto Müller, nosso Presidente do Congresso Nacional e também da Aliança Renovadora Nacional, já ter manifestado, em sucessivas entrevistas, que esta oportunidade chegará. E como tenho andado, particularmente pelo interior do meu Estado, e tenho sentido que isto será um ato de inteligência a mais praticado pelo honrado e operoso Governo do Presidente Emílio Garrastazu Médici, eu entendi que era chegada a hora de me erguer aqui da banca e ocupar o microfone para saudar esta alvareira notícia. Como disse aqui, e aliás numa frase muito feliz, quando debatia sobre o assunto, o nosso prezado Vice-Líder Eurico Rezende, em definição que circula por este Brasil afora, estávamos discriminando odiosamente, fazendo com que houvesse, e como há, vereadores de primeira e vereadores de segunda. Esta anormalidade, creio que será corrigida agora.

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. VASCONCELOS TORRES — Com prazer.

O Sr. Eurico Rezende — Citado, no seu pronunciamento, quero lembrar que, realmente, há uns dois ou três meses, li, em importantes jornais, declaração atribuídas ao eminente Senador Filinto Müller nas quais o eminente Presidente do nosso Partido teria afirmado estar o Governo e o Congresso propenso à reabertura da questão da remuneração dos Vereadores. Nesse ponto não tive oportunidade de conversar com o nosso eminente *hâtonnier* para aferir se aquelas notícias significavam realmente a procedência das informações. Mas de qualquer maneira deve-se lutar pelo restabelecimento da remuneração dos Vereadores. Não se compreende mesmo que este trabalho não seja remunerado. O ex-Deputado Dr. Pedro Aleixo foi realmente de uma pertinácia e de uma intransigência total quanto a esse problema. Lembrou V. Ex^a muito bem que o projeto original remetido pelo saudoso Presidente Castello Branco estabelecia a gratuidade, sem, exceção. Mas, um trabalho perseverante no Congresso — e nessa luta estava V. Ex^a, lembro-me muito bem — redundou no advento de uma exceção, isto é, tornar remunerados os mantatos municipais nas comunas que tivessem população superior a 200.000 habitantes. Isso agravou o problema porque exibiu a pior das injustiças que é a desigualdade, a discriminação. Passamos a ter, no Brasil, e V. Ex^a

repetiu o meu conceito, Vereadores de 1ª classe e Vereadores de 2ª classe. Alegou-se, na época, que eram os abusos que existiam, mas esses abusos existiam também no Senado, na Câmara e nas Assembléias Legislativas e, nem por isso, se estabeleceu a gratuidade para outros graus do estágio parlamentar. Então, verificamos que a intransigência reflete muito da realidade, porque numa Câmara Municipal do interior, 80% dos Vereadores são de distritos distantes. Então, a Constituição, a lei não permite sequer se pague o transporte, nem se dê cobertura das despesas de refeição e, muitas vezes, de dormitório, na sede do município. Então, além de uma injustiça, é um cerceamento ao exercício do mandato, porque, se o Vereador não tem sequer recursos para atender às implicações, às solicitações do seu orçamento doméstico — esta é a regra geral — ele, a não ser com muito sacrifício, com o sacrifício de sua família, pode ter essa despesa de transporte e de alimentação, e nem isso se dá. Vale dizer, a negativa constitucional é um castigo que se impõe ao representante do povo. Então, todos nos alegramos quando ouvimos notícia atribuída a quem tem poder de informação e de decisão, e pronunciamentos como o de V. Ex^a, para que não perdure ainda a paródia do romance histórico “O Vereador, Esse Desconhecido”.

O SR. VASCONCELOS TORRES —

Nobre Senador Eurico Rezende, muito obrigado pelo oportuno aparte. Aduziria ainda, para fixar a injustiça do critério de 200.000 habitantes: nem sequer obedeceu às diretrizes — digamos assim mínimas desse problema de arrecadação, confrontando com a análise demográfica. Por exemplo, municípios, como São Bernardo do Campo, não têm 200.000 habitantes e contam com uma arrecadação superior à de vários Estados do Brasil. E nesses municípios não se remunera o Vereador. Entretanto, há cidades de 200 e 300.000 habitantes, como no meu Estado, em que o Vereador é remunerado e a Prefeitura não tem condições para tanto. Em São Bernardo do Campo, uma professora municipal recebe muito mais que um mestre do ensino secundário de estabelecimento do Governo federal. E os municípios que nadam em dinheiro, como São Bernardo do Campo, Santo André, o ABC paulista, não podem remunerar o vereador. No entanto São João de Meriti, atravancado com seus problemas sociais, econômicos e financeiros, remunera o representante à Câmara Municipal.

Sr. Presidente, citei a frase e o conceito do ilustre Senador Eurico Rezende, porque a frase de S. Ex^a ficou. Tenho-a ouvido não só no meu como em outros Estados. A conceituação de S. Ex^a foi realmente muito feliz. S. Ex^a caracterizou, numa frase, tudo aquilo por que, na época, lutávamos: a remuneração do mandato de vereador. Estava dito tudo, através de mais esta frase feliz, dentre tantas de S. Ex^a, caracterizando, aqui, problemas como o da remuneração do vereador.

Sr. Presidente, resta esperar, e agora com bastante confiança, por iniciativa do

Congresso — e nós da ARENA aguardamos a palavra do nosso chefe para a votação da matéria — ou, então, de acordo com o preceito constitucional vigente, a própria iniciativa do Presidente da República.

Ficarei no meu posto de escuta, à espera da chegada dessa mensagem para viver um dia feliz, um dia em que o Congresso vai reparar uma injustiça muito grande com os Vereadores deste Brasil que não recebem remuneração. Nem sequer as despesas de transporte e alimentação, como foi dito pelo Vice-Líder Eurico Rezende, aqui presente, são indenizadas, e isto faz com que haja, efetivamente, desestímulo. Pretendemos que as Câmaras Municipais tenham representantes, mas que eles também não sacrifiquem a sua pecúnia própria. Tenham os vereadores subsídios adequados às suas atividades, e não se prejudique, por outro lado, o exercício normal de uma profissão.

Sr. Presidente, tudo isso poderá ser corrigido por iniciativa do Congresso ou, então, conforme preceito constitucional, com a apresentação de Emenda Constitucional.

Era o que queria dizer, Sr. Presidente, transmitindo a minha esperança e o desejo de que, ainda neste primeiro semestre, possa a matéria ser examinada pelo Congresso. (Muito bem! Palmas.)

Comparecem mais os Srs. Senadores:

José Esteves — Milton Trindade — Alexandre Costa — Clodomir Milet — Fausto Castelo Branco — Wilson Gonçalves — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Ruy Carneiro — João Cleofas — Wilson Campos — Arnon de Mello — Carlos Lindenberg — João Calmon — Vasconcelos Torres — Gustavo Capanema — Magalhães Pinto — Benedito Ferreira — Emival Caiado — Filinto Müller — Tarso Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Adalberto Sena) — Realizar-se-á, na cidade do Rio de Janeiro, de 19 a 26 do corrente, o XXIV Congresso da Câmara de Comércio Internacional. Esta Presidência, em atendimento a convite daquela entidade e não havendo objeção do Plenário, designa, por indicação das respectivas Lideranças, representantes do Senado no conclave os Srs. Senadores Flávio Britto, Wilson Campos e Amaral Peixoto, devendo ainda comparecer, como Presidente do referido Congresso, o Sr. Senador Jessé Freire. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Adalberto Sena) — Findo o período destinado ao Expediente. Presentes na Casa 46 Srs. Senadores. Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 8, de 1973 (apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça como conclusão de seu parecer nº 23, de 1973), que suspende a execução da alínea c, do nº XX, do art. 41, da Lei nº 4.492, de 14-6-67, do Estado de Minas Gerais, declarado inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.

Em discussão o projeto.
Se nenhum dos Srs. Senadores desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.
Em votação.
Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram conservar-se sentados. (Pausa.)
Aprovado. O projeto irá à Comissão de Redação.

É o seguinte o projeto aprovado: **PROJETO DE RESOLUÇÃO** Nº 8, de 1973

Suspende a execução da alínea c, do nº XX, do artigo 41 da Lei nº 4.492 de 14-6-1967 do Estado de Minas Gerais, declarado inconstitucional, por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.

Artigo único. É suspensa a execução da alínea c, do nº XX, do art. 41, da Lei nº 4.492, de 14 de junho de 1967, do Estado de Minas Gerais, declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, prolatada em 19 de setembro de 1972.

O SR. PRESIDENTE (Adalberto Sena) —
Item 2:

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 15, de 1973 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 40, de 1973), que suspende a proibição contida nas Resoluções nº 58, de 1968, nº 79, de 1970, e nº 52, de 1972, para permitir que a Prefeitura de Poloni, São Paulo, aumente o limite de endividamento público, mediante operação de crédito com a Caixa Econômica do Estado de São Paulo, tendo

PARECER, sob nº 41, de 1973, da Comissão — de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade.

Em discussão o projeto.
Se nenhum dos Srs. Senadores desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.
Em votação.
Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram conservar-se sentados. (Pausa.)

Aprovado.
O projeto irá à Comissão de Redação.
É o seguinte o projeto aprovado:
PROJETO DE RESOLUÇÃO
Nº 15, DE 1973

Suspende a proibição contida nas Resoluções nº 58, de 1968, nº 79, de 1970, e nº 52, de 1972, para permitir que a Prefeitura de Poloni, São Paulo, aumente o limite de endividamento público, mediante operação de crédito com a Caixa Econômica do Estado de São Paulo.

Art. 1º É suspensa a proibição constante do art. 1º da Resolução nº 58, de 1968, revigorada pela de nº 79, de 1970, e de nº 52, de 1972, todas do Senado Federal, para permitir que a Prefeitura do Município de Poloni, Estado de São Paulo, possa aumentar em Cr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros) o limite de endividamento público, mediante operação de crédito

com a Caixa Econômica do Estado de São Paulo, a fim de custear obras de pavimentação naquela localidade.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Adalberto Sena) —
Item 3:

Discussão, em turno único, de Projeto de Resolução nº 16, de 1973 (apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, como conclusão de seu Parecer nº 46, de 1973) que suspende a execução, por inconstitucionalidade, de dispositivos que mencionam a Constituição do Estado de Mato Grosso, promulgada em 13 de maio de 1967.

Em discussão o projeto. (Pausa.)
Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação o projeto.
Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)
Aprovado.

O projeto irá à Comissão de Redação.

É o seguinte o projeto aprovado:
PROJETO DE RESOLUÇÃO
Nº 16, DE 1973

Suspende a execução, por inconstitucionalidade, de dispositivos que mencionam a Constituição do Estado de Mato Grosso, promulgada em 13 de maio de 1967.

O Senado Federal resolve:
Art. 1º É suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, proferida em 4 de outubro de 1972, nos Autos de Representação nº 759, a execução do parágrafo único do art. 53, dos artigos 90, 130, 135, e seu parágrafo único, e 139, da Constituição do Estado de Mato Grosso promulgada em 13 de maio de 1967.

Art. 2º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Adalberto Sena) — Tem a palavra o nobre Senador Benjamin Farah, Líder do MDB.

O SR. BENJAMIN FARAH (Como Líder, pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, as Forças Armadas do Brasil, na sua permanente e alta missão de defesa das instituições, há pouco dias, através de uma grande e importante exposição realizada às margens da Lagoa Rodrigo de Freitas, nas proximidades do Jôquei Clube Brasileiro, na Guanabara, deram mais uma prova de sua eficiência, utilidade e participação no vasto processo de trabalho, segurança e desenvolvimento do País.

Refiro-me, Sr. Presidente, à Exposição "Brasil de Hoje", coordenada habilmente pelo Primeiro Exército.

Esse acontecimento não deve ficar sem registro e um voto de louvor, por isso que é prova evidente do quanto fazem os militares na escalada de progresso do País, patenteando o seu esforço, o seu trabalho anônimo em todos os quadrantes, pela segurança, pela tranquilidade e pelo bem comum de todos os brasileiros. E ainda mais, esse esforço, ora evidenciado, vale como uma conclamação de civismo para os moços que, a despeito de um mundo sacudido por tantos perigos e armadilhas, ainda têm os corações sensíveis às boas ações e são sempre capazes de heroísmo.

mos sem conta pelos ideais das grandes causas.

O que não deixa dúvida é que a segurança está intimamente ligada ao desenvolvimento.

Mas vamos dar um bordejão no grande parque. Lá estava o estande-vitrine, com uma síntese da exposição. Em seguida, um estande aberto, mostrando o armamento de fabricação nacional, armamento e equipamento pesados. Outros estande, coberto, expondo ingresso no oficialato, treinamento do homem e o armamento leve. Mais um estande — fechado também —, mostrando a participação no desenvolvimento nacional, auxílio nas catástrofes e calamidades; história e tradições militares; exibição de audiovisuais.

Além dos testemunhos da colaboração do Exército em vários setores da vida brasileira: alfabetização; educação de jovens; campanhas sanitárias permanentes; formação de técnicos; pesquisas científicas; colonização do interior e da fronteira; construção de ferrovias e rodovias; proteção ao índio; auxílio às populações. Além disso, os símbolos, os troféus, os documentos, todo o vasto material selecionado, carinhosamente, dão a prova de que, ao longo da História do Brasil, o Exército tem comprovado a sua aptidão e utilidade.

No que tange à segurança do País se viu algo de nosso poderio bélico, com a participação da indústria nacional que se desenvolve rapidamente, acompanhando os padrões técnicos mais atualizados, como se pôde ver através dos carros de combates, armamentos pesados, aviões, navios e equipamentos diversos ali expostos, com as amostras objetivas e oportunas.

No que diz respeito ao desenvolvimento, os órgãos oficiais conjugaram esforços para que, quantos vissem, pudessem enfim saber que o Brasil avança rapidamente para um estágio de progresso e emancipação econômica.

Ali estava a EMBRAER, o OPEMA, a FUNRURAL, o Banco do Brasil, a TV Educativa, o Projeto Mauá, o Projeto Rondon, a nossa VEG, o INCRA, a EMBRATUR, a SUDAM, a SUDENE, o Projeto CAUÉ e tantas outras realizações.

E a Marinha de Tamandaré e de Marçílio Dias, essa Marinha fidalga e brava, da qual poder-se-ia dizer com ufania que é a primeira força Naval da América Latina; ela esteve presente.

Foram mostrados por ela os aparelhos de sonar, mapas hidrográficos, maquetes de navios, um minissubmarino, medalhas e quadros.

Ela que na guerra deu a sua contribuição de vidas, de sofrimentos, de sacrifícios mostra agora ao Brasil e ao mundo o que somos e o que pretendemos ser; aí está, silenciosa mas em posição de alerta na defesa das 200 milhas e tantas missões que sejam necessárias para o prestígio e soberania da pátria.

A Aeronáutica, a mais jovem das Forças Armadas brasileiras, não menos digna nem menos heróica, comparando ali, altiva, dedicada, trabalhando e produzindo, no cumprimento das suas altas missões.

"O Brasil de Hoje" foi visto pelos estudantes primários, secundários do 1º e 2º graus,

universitários, trabalhadores, donas de casa, servidores civis, militares, autoridades, enfim brasileiros e estrangeiros de vários setores que conosco vivem, trabalham e comungam com os nossos empreendimentos. Convém frisar que o povo não é só espectador, mas é, por igual, protagonista na batalha do crescimento nacional. Esse, o conceito que precisa estar patente.

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Exª um aparte?

O SR. BENJAMIN FARAH — Com prazer.

O Sr. Eurico Rezende — V. Exª solicitou a palavra e faz o seu pronunciamento em nome da honrada Oposição. Mas V. Exª vai-me permitir, com este aparte e louvando a sua iniciativa, dizer que V. Exª encarna também o pensamento da Maioria.

O SR. BENJAMIN FARAH — Muito obrigado pelo aparte de V. Exª.

Continuo, Sr. Presidente.

Não faltou a querida Polícia Militar, com tantos serviços prestados à Guanabara e ao Brasil; essa Polícia Militar atenta e vigilante, que, a cada passo, se expõe ao sacrifício da própria vida, nas duras e árduas missões, cheias de riscos e surpresas, próprios dos grandes centros demográficos.

Como não podia deixar de ser, lá estava o Corpo de Bombeiros, com seu equipamento moderno; esses bombeiros tão familiarizados e queridos na Guanabara, pelo seu comportamento, abnegação e feitos heróicos.

Eis, em linhas gerais, o que foi a exposição "Brasil de Hoje," em boa hora arquivada pelo Exército.

Pode-se afirmar que valeu por um compêndio de civismo, com que se possa admirar e querer bem, e cada vez mais, a nossa querida pátria.

Ela foi, em verdade, uma iniciativa didática, nobre, útil, necessária, de grande alcance para todos, principalmente para os jovens que desejam abeberar exemplos sadios nos fatos e nos feitos dos nossos maiores, naqueles que tanto deram e dão de si por um Brasil grande, forte, respeitado e eterno.

Foi realmente mais uma contribuição para uma ativa consciência do dever.

Esse é o Exército que pode ser mostrado, pois os seus esforços e exemplos são estímulos às lutas e às vitórias.

E com isto o Exército, juntamente com as outras armas, prestou uma verdadeira homenagem ao povo, numa demonstração de apreço evidente; Exército este que nunca tem faltado com a sua alta e significativa presença em favor dos grandes ideais da pátria.

Não me vou referir ao que fez na guerra: a sua bravura e o seu amor aos grandes princípios da humanidade. Não falarei dos grandes soldados do Brasil, onde avulta essa figura impar de cidadão e de patriota que foi Caxias. Não me estenderei nos relevantes serviços dos batalhões rodoviários, que tanto têm ajudado ao País, principalmente no interior. Eu me permito apenas dizer que foi esse mesmo Exército que um dia ofereceu à nação a figura de um notável soldado, que destemido e sem ambição, desbravou os

nossos sertões, levando as linhas telegráficas, através do Centro Oeste, aproximando os brasileiros de Mato Grosso, Goiás e Amazonas, dos seus irmãos de toda a parte.

Refiro-me ao extraordinário brasileiro — Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon —, missionário da paz, cidadão querido no Brasil e lá fora, cuja obra da "envergadura do Canal do Panamá," foi considerada como uma das mais importantes do mundo.

Quero e devo, por isto mesmo, congratular-me por esse evento que dignifica os promotores.

Em nome daqueles que tenho a honra de representar, consigno aqui os melhores augúrios aos nossos militares de todas as armas.

E concluo dizendo que é feliz um Exército que pode apresentar-se dessa maneira diante do seu povo.

E mais feliz ainda o povo que pode homenagear o seu Exército, estou por dizer, as suas Forças Armadas. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Adalberto Sena) — Não há mais oradores inscritos.

O Sr. Guido Mondim — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Adalberto Sena) — Concedo a palavra ao nobre Senador Guido Mondim.

O SR. GUIDO MONDIN (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, volto à tribuna e o faço para assinalar efeméride que se faz cara aos rio-grandenses: está aniversariando um dos mais vigorosos órgãos de imprensa do meu Estado, vale dizer, o jornal **Zero Hora**.

O jornal **Zero Hora**, Sr. Presidente, completa 9 anos, tendo iniciado suas publicações logo após o advento da Revolução de março de 1964. Trata-se de um dos mais vibrantes jornais que conheço, pois fundamentalmente se distingue pelo carinho, pela preocupação que tem com o noticiário político.

Em minha terra, na realidade, o jornal é procurado particularmente por aqueles que querem conhecer a notícia política, em seus detalhes, muita vez despercebida por outros jornais, mas que o cuidado da sua equipe especializada vai buscar para informar.

Assinalo, por exemplo, a página dominical, em reportagem de página dupla, onde vem sendo analisada a personalidade de muitos políticos do meu Estado, num trabalho honesto, perfeito, de informação.

Zero Hora integra o maior complexo de comunicações do Sul do nosso País.

Vejam, Sr. Presidente, nobres Colegas, quantas organizações participam deste complexo: Rádio Gaúcha, uma das mais velhas emissoras do meu Estado; a Televisão Gaúcha — e quero abrir um parêntesis para assinalar, também, que a organização deverá inaugurar, ainda este mês de maio, o seu sistema de TV a cores que será, tenho notícia, a mais moderna da América Latina.

Seguem-se a TV Imembuí, instalada em Santa Maria; a TV Tuiuti, em Pelotas; em Erechim, a TV Alto Uruguai; e, na cidade de Caxias do Sul, a TV Caxias, a Gaúcha Gráfica e Editora Jornalística, a TV Rodoviária

e a Rádio Porto Alegre. Essa organização, assim robusta, tem sucursal em Brasília, aqui dirigida pelo eminente jornalista, o Sr. Raul Casa, a qual tem-nos dado, o Sr. Presidente, e digo isto com imensa satisfação, a maior cobertura a nós, os representantes do Rio Grande, na Câmara e no Senado. Na preocupação de que o nosso Estado não fique à míngua de notícias no que tange à ação de seus representantes no Congresso. Evidentemente, não é apenas de **Zero Hora** esta preocupação, porque os representantes da imprensa gaúcha, todos, junto ao Congresso, têm tido sistematicamente este zelo.

No entanto, quero assinalar, com destaque, os esforços da sucursal de **Zero Hora**, no sentido da cobertura, da divulgação dos trabalhos dos representantes gaúchos aqui, em Brasília.

A organização — particularmente o jornal **Zero Hora** e a **TV Gaúcha**, que funcionam em instalações contíguas — sofreram, em menos de um ano, dois sinistros pelo fogo. Como se não bastassem dois incêndios, ainda foi ela vitimada por uma enchente. Isto, porém, em nada abateu o ânimo dos seus dirigentes. Como que se refazendo rapidamente dos prejuízos sofridos e enfrentando-os, não diminuiu, em um minuto sequer a intensidade das suas atividades. Quando tomei conhecimento do último incêndio — e este fato é recente —, sabendo que havia sido atingida particularmente a Seção de arquivo fotográfico, fiquei a julgar das dificuldades que iria enfrentar o jornal para refazê-lo, evidentemente tão necessário e tão precioso para qualquer organização jornalística. No entanto, o que vimos foi que, pelo esforço mesmo dos próprios funcionários, foi possível salvar a maior parte do arquivo, não sofrendo, assim, nenhuma solução de continuidade seus cuidados com as ilustrações fotográficas.

Por isso, Sr. Presidente, é que venho à tribuna, embora em breves palavras, festejar o aniversário do jornal **Zero Hora**, fazendo votos para que ele prossiga com a orientação que tem, orientação feita de cuidados especiais — preciso repetir — com relação ao noticiário político, quando nós, tanta vez, nos queixamos da deturpação de notícias a respeito das nossas atividades. Ainda hoje, em discurso anterior, falava eu em notícias opacas que sobre nós publicam, em que se distorce o nosso pensamento. Nós nos alegamos em lembrar que **Zero Hora** tem o cuidado de divulgar com precisão, o noticiário político, e, assim, não precisamos nunca levar-lhe o nosso clássico "desmentido" para que as notícias sejam republicadas com a necessária exatidão.

Portanto, daqui da tribuna, envio minhas felicitações a **Zero Hora**, fazendo votos para que tenha esse jornal, com a sua organiza-

ção, longos e proveitosos anos de vida. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Adalberto Sena) —
Não há mais oradores inscritos.

Lembro aos Srs. Senadores que, conforme deliberação anterior do Plenário, o tempo destinado aos oradores do Expediente da sessão de amanhã será dedicado a comemorar o Dia das Comunicações.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a próxima, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Votação, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 87, de 1971, de autoria do Sr. Senador Wilson Campos, que dispõe sobre a averbação do pagamento de títulos protestados, e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 250, de 1972, e 33, de 1973, das Comissões

— de **Redação**, oferecendo a redação do vencido para o 2º turno regimental; e

— de **Constituição e Justiça**, favorável ao Projeto e à emenda nº 1, de Plenário, nos termos da subemenda que apresenta.

2

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do artigo 297 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 83, de 1971, de autoria do Sr. Senador Franco Montoro, que dispõe sobre representação contra lei ou ato normativo inconstitucional dirigida ao Procurador-Geral da República, alterando o artigo 2º da Lei nº 4.337, de 1º de junho de 1964, tendo

PARECER, sob nº 16, de 1973, da Comissão

— de **Constituição e Justiça**, pela inconstitucionalidade.

3

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 1973 (nº 1.100-B/73, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que dispõe sobre a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE, e dá outras providências, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 62, 63, 64, 65 e 66, de 1973, das Comissões:

- de **Economia**,
- de **Serviço Público Civil**,
- de **Legislação Social**,
- de **Segurança Nacional**; e
- de **Finanças**.

O SR. PRESIDENTE (Adalberto Sena) —
Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a Sessão às 16 horas e 15 minutos)

**ATA DA 33ª SESSÃO
REALIZADA EM 2.5.73
(Publicada no DCN — Seção II — de 3.5.73)**

RETIFICAÇÕES

Na justificação que acompanhou o Projeto de Lei do Senado nº 41/73, que regula a indenização à dependente, e dá outras providências:

Na página 887, 2ª coluna na 28ª linha,

Onde se lê:

... na **cessão** da convivência.

Leia-se:

...na **cessação** da convivência

No Projeto de Lei do Senado nº 43/73, que determina a fixação obrigatória de critérios objetivos para a realização de despesas com publicidade e divulgação, efetuadas pela Administração Pública ou órgão da Administração Indireta:

Na página 893, 1ª coluna, no parágrafo único do art. 1º,

Onde se lê:

... eficiência da **civilização**.

Leia-se:

... eficiência da **divulgação**.

ATO Nº 01/73, DO PRESIDENTE

O Presidente do Senado Federal, usando da atribuição que lhe confere o artigo 52, item 38, do **Regimento Interno**, e de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato nº 2, de 4 de abril de 1973, da Comissão Diretora,

RESOLVE aposentar, por invalidez, Eliezer Sales Ribeiro, Auxiliar de Limpeza, PL-14, do Quadro de Pessoal do Senado Federal nos termos dos artigos 101, itens I e 102, item I, alínea "b", da Constituição da República Federativa do Brasil, combinados com os artigos 403, item III, § 2º, 404, item III, 359 e 392, § 4º, da Resolução nº 58, de 1972, e artigo 1º da Resolução nº 16, de 1963, com vencimentos integrais e a gratificação adicional a que faz jus.

Senado Federal, em 26 de abril de 1973. —
Filinto Müller, Presidente.

ATO Nº 02/73, DO PRESIDENTE

O Presidente do Senado Federal, usando da atribuição que lhe confere o artigo 52, item 38, do **Regimento Interno** e de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato nº 2, de 4 de abril de 1973, da Comissão Diretora,

RESOLVE aposentar, por invalidez, José Pereira, Auxiliar de Plenários, PL-12, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos dos artigos 101, item I e 102, item I, alínea "b" da Constituição da República Federativa do Brasil, combinados com os artigos 403, item III, § 2º, 404, item III, 359 e 392, § 4º da Resolução nº 58, de 1972, e artigo 1º da Resolução nº 16, de 1963, com vencimentos integrais e a gratificação adicional a que faz jus.

Senado Federal, 26 de abril de 1973. —
Filinto Müller, Presidente.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS

Ata da centésima quinquagésima reunião ordinária realizada em 11 de abril de 1973.

Às dezesseis horas do dia onze de abril de mil novecentos e setenta e três, presentes os senhores Conselheiros Senadores Nelson Carneiro e Cattete Pinheiro e Deputados Bento Gonçalves,

Henrique de La Rocque, Laerte Vieira, José Bonifácio Neto e Adhemar de Barros Filho, sob a presidência do Senhor Deputado Passos Porto, reuniu-se o Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência dos Congressistas para tratar de assuntos diversos.

Lida e aprovada a Ata da reunião anterior, o Senhor Presidente dá as boas vindas ao Conselheiro Laerte Vieira que, por motivo de força maior, não compareceu à sessão de posse dos novos Conse-

lheiros. Passa-se ao expediente, sendo relatados e aprovados nos termos dos pareceres dos Senhores Relatores, os seguintes processos: concessão de auxílio-doença dos Senhores Senador Ernani do Amaral Peixoto e Deputado Rubem Medina; concessão de pensão das senhoras Alina França Pessoa, Célia França Pessoa, Thereza Christina Ribas; devolução de contribuições dos ex-parlamentares Rafael Faraco, Sílvia Barros e Pedro Ivo Figueiredo de Campos. O Senhor Conselheiro Senador Nelson Carneiro, considerando-se impedido para relatar o processo de reversão de pensão da menor Janaína Cavalcante Vieira de Mello, solicita a redistribuição do processo, no que é atendido. A seguir, o Senhor Presidente submete à homologação do Conselho processo de transferência de financiamento especial concedido ao ex-Deputado Ardinal Ribas, falecido em 16 de março último, para sua esposa, D. Thereza Christina Ribas, bem como a posse do veículo adquirido com esse financiamento, deferido "ad-referendum" do Conselho, o que é aprovado. Prosseguindo, o Senhor Presidente dá conta ao Conselho Deliberativo das aplicações que fez, em caráter transitório, de ver-

bas oriundas de resgates de investimentos vencidos, enquanto aguarda a orientação do Conselho para aplicações definitivas, o que é aprovado. Continuando, designa os Senhores Conselheiros Cattete Pinheiro e Bento Gonçalves para ficarem encarregados dos estudos sobre ampliação dos financiamentos especiais. São, ainda, deferidos os requerimentos de inscrição dos senhores Maurício Nery Leite Guimarães, Cid Sebastião da França Brugger, Mafiza Carvalho Leite Guimarães, Benedito Afonso de Araújo, Nely Gomes, Francisco das Chagas Carvalho, Alexandre Pfaender, Alfredo Eustáquio Pinto, Nilson Avelar, Gustavo de Souza Ribeiro, Ramiro Manoel e Silva, Helena Brown Hadjinicolaou, José Bispo Sales, Leda Fialho Diniz Martins, Alva Lyrio Veríssimo Theophilo, José Sandoval Muniz Sobrinho, Amaro Corrêa de Oliveira, João Zeferrino Alves, Armando Oscar Hackbart e Jorge de Oliveira Nunes. Nada mais havendo a tratar, às dezoito horas e quinze minutos é encerrada a reunião. E, para constar, eu, Júlia da Silva Andrade, Secretária, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DAS COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE REDAÇÃO

ATA DA 2ª REUNIÃO, REALIZADA AOS 28 DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE 1973. (*)

Às onze horas do dia vinte e oito do mês de março do ano de mil novecentos e setenta e três, reúne-se a Comissão de Redação sob a Presidência do Senhor Senador Danton Jobim, Vice-Presidente, presentes os Senhores Senadores José Augusto, José Lindoso e Wilson Gonçalves.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Antônio Carlos, Presidente e Emival Caiado.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.
A Comissão aprova o parecer em que o Senhor Senador José Augusto apresenta a redação do vencido, para o segundo turno regimental, do Projeto de Lei do Senado nº 3, de 1972, que dispensa os empregados inscritos em curso do MOBIL, da obrigatoriedade de trabalhar fora do limite normal de sua jornada e dá outras providências.

Nada mais havendo a tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Maria Carmen Castro Souza, Assistente "ad hoc", a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

(*) Republicada por ter saído com incorreções no DCN — Seção II, de 3 de maio corrente, à página 898.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

ATA DA 3ª REUNIÃO, REALIZADA AOS 2 DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE 1973. (*)

(EXTRAORDINÁRIA)

Às quatorze horas e quarenta minutos do dia 2 do mês de abril de mil novecentos e setenta e três, reúne-se a Comissão de Redação sob a Presidência do Senhor Senador José Lindoso, presentes os Senhores Senadores Ruy Carneiro e Wilson Gonçalves.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Antônio Carlos, Presidente, Danton Jobim, Vice-Presidente, José Augusto e Emival Caiado.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.
A Comissão aprova o parecer em que o Senhor Senador Ruy Carneiro apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 4, de 1973, que autoriza o Governo do Estado de Goiás a realizar operações de empréstimos externos destinadas a financiar a aquisição de máquinas para o projeto estadual de desenvolvimento da agricultura.

Nada mais havendo a tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Maria Carmen Castro Souza, Assistente "ad hoc", a pre-

sente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

(*) Republicada por ter saído com incorreções no DCN — Seção II, de 3 de maio corrente, à página 898.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

ATA DA 4ª REUNIÃO, REALIZADA AOS 5 DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE 1973. (*)

(EXTRAORDINÁRIA)

Às dezesseis horas e trinta minutos do dia cinco do mês de abril de mil novecentos e setenta e três, reúne-se a Comissão de Redação sob a Presidência do Senhor Senador Antônio Carlos, presentes os Senhores Senadores José Lindoso, José Augusto e Cattete Pinheiro.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Danton Jobim, Vice-Presidente e Emival Caiado.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.
A Comissão aprova o parecer em que o Senhor Senador José Lindoso apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 6, de 1973, que autoriza o Governo do Estado de Mato Grosso a transferir, à Companhia do Desenvolvimento de Mato Grosso — CODEMAT, as terras públicas estaduais situadas no município de Aripuanã.

Nada mais havendo a tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Maria Carmen Castro Souza, Assistente "ad hoc", a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

(*) Republicada por ter saído com incorreções no DCN — Seção II, de 3 de maio corrente, à página 898.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

ATA DA 5ª REUNIÃO, REALIZADA AOS 9 DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE 1973. (*)

(EXTRAORDINÁRIA)

Às quatorze horas e quarenta minutos do dia nove do mês de abril de mil novecentos e setenta e três, reúne-se a Comissão de Redação sob a Presidência do Senhor Senador Antônio Carlos, presentes os Senhores Senadores José Lindoso e Cattete Pinheiro.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Danton Jobim, Vice-Presidente, José Augusto e Emival Caiado.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.
A Comissão aprova o parecer em que o Senhor Senador José Lindoso apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 13.

de 1973, que concede aumento de vencimentos aos servidores do Senado Federal, e dá outras providências.

Tendo em vista a lotação da Assistente da Comissão, Beatriz Brandão Guerra, em outro órgão da Casa, o Senhor Presidente resolve designar, para esta função, a Auxiliar de Instrução Legislativa, PL-11, Maria Carmen Castro Souza.

Nada mais havendo a tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Maria Carmen Castro Souza, Assistente, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

(*) Republicada por ter saído com incorreções no DCN — Seção II, de 3 de maio corrente, à página 898.

(*) COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 23, de 1973 (CN), que "submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 1.266, de 26 de março de 1973, que "dispõe sobre o Fundo Especial de Exportação, criado pela Lei nº 4.870, de 1º de dezembro de 1965".

ATA DA 2ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 25 DE ABRIL DE 1973

Aos vinte e cinco dias do mês de abril do ano de mil novecentos e setenta e três, às 10:00 (dez) horas, na Sala das Comissões, sob a Presidência do Senhor Deputado José Alves, Presidente, presentes os Senhores Senadores Flávio Britto, Eurico Rezende, Lourival Baptista, Antônio Fernandes, Luiz Cavalcante, Fernando Corrêa e Duarte Filho, e os Senhores Deputados Norberto Schmidt, José Alves, Tourinho Dantas, Passos Pôrto, Osmar Leitão, Moacir Chiesse, Josias Gomes, João Arruda e Walter Silva, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre a mensagem nº 23 de 1973 (CN), que "Submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 1.266, de 26 de março de 1973, que "dispõe sobre o fundo especial de exportação criado pela Lei nº 4.870, de 1º de dezembro de 1965".

Ausentes, por motivos justificados, os Senhores Senadores Osires Teixeira, Wilson Campos e Franco Montoro e os Senhores Deputados Manoel Taveira e Fernando Lira.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior.

Abrindo os trabalhos, o Senhor Presidente comunica o recebimento de ofícios das lideranças da ARENA, na Câmara dos Deputados e Senado Federal e do MDB, na Câmara, indicando o Senhor Senador Flávio Britto, o Deputado Norberto Schmidt e o Deputado João Arruda em substituição, respectivamente, aos Senhores Senador Paulo Guerra, Deputado Célio Marques Fernandes e Deputado Pacheco Chaves informando, ainda, que, tendo visto a ausência do Senhor Senador Wilson Campos, Relator, redistribuiu, no dia anterior, a proposição ao Senhor Senador Eurico Rezende.

A seguir, o Senhor Presidente comunica que irá proceder à eleição para preenchimento do cargo de Vice-Presidente da Comissão, face à substituição do Senhor Deputado Pacheco Chaves. E, procedida a eleição, é eleito, por unanimidade, o Senhor Deputado João Arruda.

Em seguida, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Eurico Rezende, Relator, que se manifesta favoravelmente à Mensagem nos termos do Projeto de Decreto Legislativo que oferece como conclusão do parecer.

Continuando, colocado em discussão o parecer, os Senhores Senadores Flávio Britto, Deputado João Arruda e Deputado Walter Silva, usam da palavra e se pronunciam acerca da matéria objeto de discussão.

Em prosseguimento, submetido o parecer a votação é aprovado, com as restrições do Senhor Deputado João Arruda e a Declaração de Voto do Senhor Deputado Walter Silva, em que justifica as razões porque se manifestou contrariamente à proposição.

Concluindo, o Senhor Presidente, antes de encerrar a reunião registra o interesse do Congresso Nacional, com relação às medidas adotadas pelos órgãos governamentais, especialmente o Instituto do Açúcar e do Alcool, no sentido de que a indústria açucareira venha a alcançar maiores índices de crescimento, ressaltando que, no último exercício, a exportação do produto brasileiro gerou divisas superio-

res a 400 milhões de dólares. Comunica, ainda, que no momento encontra-se no Brasil membros da Comissão de Agricultura dos Estados Unidos, os quais aqui estão para observar a capacidade de produção de açúcar, face à reivindicação brasileira de produzir em escala maior para o mercado externo e esclarece que, a visita dos Senadores e Deputados norte-americanos estendeu-se a Pernambuco, Alagoas, São Paulo, a região Amazônica, áreas favoráveis à sua produção e pronunciarmos para a exploração da cana-de-açúcar.

Finalmente, apela, para que às Comissões do Congresso Nacional continuem a acompanhar as providências legais e Administrativas adotadas pelo Poder Executivo, face à expansão de nossa produção, o que significará a manutenção, em níveis crescentes do saldo de exportação grandemente benéfico à elevação internacional dos níveis de preços, ressaltando, ainda, que, o Fundo Especial de Exportação, instituído, pelo Decreto-lei nº 1.266, ora em exame, trará excelentes resultados à nossa indústria açucareira.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a presente reunião e, para constar, eu, Mauro Lopes de Sá, Assistente da Comissão, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, lavrei a presente Ata que, uma vez lida e aprovada, será pelo Senhor Presidente assinada.

(*) Republicada por ter saído com incorreções no DCN, Seção II, de 28/4/73, pag. 0836.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

6ª REUNIÃO, REALIZADA EM TRÊS DE MAIO DE 1973

EXTRAORDINÁRIA

Às 10 horas do dia 3 de maio de 1973, na Sala das Comissões, sob a presidência do Senador Accioly Filho, Vice-Presidente no exercício da Presidência, presentes os Senadores José Augusto, José Lindoso, Nelson Carneiro, Helvídio Nunes, Carlos Lindenberg, Wilson Gonçalves, Eurico Rezende, Osires Teixeira e Antônio Carlos, reúne-se a Comissão de Constituição e Justiça.

Lida e aprovada a ata da reunião anterior.

Instalados os trabalhos, é dada a palavra ao Senador Wilson Gonçalves que relata as seguintes proposições: constitucionais e jurídicos os Projetos de Lei da Câmara nºs 13/73 — Altera disposições referentes ao regime jurídico do Diplomata e do Senado; nº 3/73 — Dilata para 12 meses a estabilidade dos dirigentes sindicais, após o término da representação e inconstitucional o Projeto de Lei do Senado; nº 18/73 — Dispõe sobre o recolhimento das contribuições sindicais acrescidas de juros e correção monetária, quando o empregador não efetuar o pagamento no prazo legal.

Em discussão e votação os pareceres são aprovados, vencido o Sen. Nelson Carneiro quanto ao PLS nº 13/73, em que vota pela inconstitucionalidade. Após longa discussão, quando usaram da palavra os Senadores Eurico Rezende, Nelson Carneiro, José Augusto, José Lindoso e Wilson Gonçalves; é deferido, favoravelmente, pelo Senhor Presidente, o pedido de vista do Senador Osires Teixeira.

A seguir, o Senador Carlos Lindenberg lê seu parecer pela injuridicidade do Projeto de Lei do Senado nº 17/73 — Dispõe sobre o pagamento em dobro dos salários e vantagens legais devidos aos empregados reclamantes e suas testemunhas, quando dispensados sem justa causa dentro de 90 dias da reclamatória.

Em discussão e votação é o parecer aprovado, vencido o Senador Nelson Carneiro.

O Senador José Augusto considera constitucional e jurídico o Projeto de Lei da Câmara nº 5/73. — Fixa as normas para promoção de Juizes Presidentes de Junta de Conciliação e Julgamento e Juiz do Trabalho Substituto e inconstitucional a Emenda nº 1 da Comissão de Serviço Público Civil.

Em discussão e votação é aprovado o parecer contra os votos dos Senadores Nelson Carneiro e Osires Teixeira que vota vencido na apreciação do mérito.

Prosseguindo, o Senador Helvídio Nunes refuta a emenda nº 1, de Plenário, apresentada ao Projeto de Lei do Senado nº 35, de 1972.

considerando-a constitucional e jurídica. Aprovado por unanimidade.

O Senador Eurico Rezende, lê seu parecer pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei do Senado nº 50/72 — Altera a redação dos arts. 4º e 7º da Lei nº 5.108, de 21-9-66, para o fim de incluir entre os membros dos Conselhos Nacional e Estaduais de Trânsito representantes da indústria, do comércio e da agricultura.

Em discussão e votação é o parecer aprovado pelos Senhores Senadores que estiveram presentes à reunião de 8 de novembro de 1972, sendo ainda votos vencedores os Senadores Heitor Dias, Gustavo Capanema.

Com a palavra, o Senador Nelson Carneiro relata pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei do Senado nº 37/73 — Institui o Dia Nacional do Aço, que é aprovado, sem quaisquer restrições.

Relata, a seguir, o Senador José Lindoso, o Projeto de Lei da Câmara nº 51/71 (Complementar) — Dispõe sobre a organização de Regiões Metropolitanas, na forma do art. 164 da Constituição da República Federativa do Brasil, concluindo por que o Projeto seja enviado à Comissão Mista incumbida do estudo do PL nº 7/73-CN, como subsídio devendo, na forma regimental, ser considerado prejudicado após a apreciação daquela proposição. O parecer é aprovado por unanimidade.

O Senador Accioly Filho passa a Presidência ao Senador Carlos Lindenberg e passa a ler seus pareceres aos Ofícios nº 49 e 51, de 1972, do Presidente do Supremo Tribunal Federal, concluindo favoravelmente na forma dos Projetos de Resolução que apresenta. Aprovados unanimemente.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Maria Helena Bueno Brandão, Assistente de Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

MESA		LIDERANÇA DA ARENA E DA MAIORIA
Presidente: Filinto Müller (ARENA — MT)	3º-Secretário: Milton Cabral (ARENA — PB)	Líder: Petrônio Portella (ARENA — PI)
1º-Vice-Presidente: Paulo Tórres (ARENA — RJ)	4º-Secretário: Benedito Ferreira (ARENA — GO)	Vice-Líderes: Eurico Rezende (ARENA — ES) Ney Braga (ARENA — PR) Virgílio Távora (ARENA — CE) Dinarte Mariz (ARENA — RN) José Lindoso (ARENA — AM) Flávio Britto (ARENA — AM) Saldanha Derzi (ARENA — MT) Osires Teixeira (ARENA — GO) Guido Mondin (ARENA — RS)
2º-Vice-Presidente: Adalberto Sena (MDB — AC)	Suplentes de Secretários: Geraldo Mesquita (ARENA — AC)	LIDERANÇA DO MDB E DA MINORIA
1º-Secretário: Ruy Santos (ARENA — BA)	José Augusto (ARENA — MG)	Líder: Nelson Carneiro (MDB — GB)
2º-Secretário: Augusto Franco (ARENA — SE)	Antônio Fernandes (ARENA — BA)	Vice-Líderes: Danton Jobim (MDB — GB) Benjamin Farah (MDB — GB)
	Ruy Carneiro (MDB — PB)	

COMISSÕES

Diretora: Edith Balassini
Local: Anexo II — Térreo
Telefones: 24-1009 e 24-8105 — Ramal 300.

A) COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Francisco José Fernandes
Local: Anexo II — Térreo
Telefone: 24-8105 — Ramais 301 e 313.

COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Guerra
Vice-Presidente: Mattos Leão

Titulares

Suplentes

ARENA

Antônio Fernandes
Vasconcelos Torres
Paulo Guerra
Ney Braga
Flávio Britto
Mattos Leão

Tarso Dutra
João Cleofas
Fernando Corrêa

MDB

Amaral Peixoto

Ruy Carneiro

Assistente: Cândido Hippertt — Ramal 676
Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas
Local: Sala "A" — Laranja — Anexo II — Ramal 676.

COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Clodomir Milet
Vice-Presidente: Teotônio Vilela

Titulares

Suplentes

ARENA

José Guimard
Teotônio Vilela
Dinarte Mariz
Wilson Campos
José Esteves
Clodomir Milet

Saldanha Derzi
Osires Teixeira
Lourival Baptista

MDB

Ruy Carneiro
Assistente: Haroldo Pereira Fernandes — Ramal 674
Reuniões: Terças-feiras, às 11:00 horas
Local: Sala "E" — Bege — Anexo II — Ramal 613.

Franco Montoro

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)

(13 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Daniel Krieger
Vice-Presidente: Accioly Filho

Titulares

Suplentes

ARENA

José Lindoso
José Sarney
Carlos Lindenberg
Helvídio Nunes
Antônio Carlos
Mattos Leão
Heitor Dias
Gustavo Capanema
Wilson Gonçalves
José Augusto
Daniel Krieger
Accioly Filho

Eurico Rezende
Osires Teixeira
João Calmon
Lenoir Vargas
Vasconcelos Torres
Carvalho Pinto

MDB

Nelson Carneiro
Assistente: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 305
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala "A" — Laranja — Anexo II — Ramal 623.

Franco Montoro

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Cattete Pinheiro

Vice-Presidente: Ruy Carneiro

Titulares

Dinarte Mariz
Eurico Rezende
Cattete Pinheiro
Ney Braga
Osires Teixeira
Fernando Corrêa
Saldanha Derzi
Heitor Dias
Antônio Fernandes
José Augusto

Suplentes

Carlos Lindenberg
Luiz Cavalcante
Waldemar Alcântara
José Lindoso
Wilson Campos

ARENA**MDB**

Ruy Carneiro Nelson Carneiro

Assistente: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 307

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "B" — Lilás — Anexo II — Ramal 621.

COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Magalhães Pinto

Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

Titulares

Magalhães Pinto
Vasconcelos Torres
Wilson Campos
Jessé Freire
Arnon de Mello
Teotônio Vilela
Paulo Guerra
Renato Franco
Helvídio Nunes
Luiz Cavalcante

Suplentes

Domício Gondin
José Augusto
Geraldo Mesquita
Flávio Britto
Leandro Maciel

ARENA**MDB**

Franco Montoro Amaral Peixoto

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "A" — Laranja — Anexo II — Ramal 623.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Gustavo Capanema

Vice-Presidente: João Calmon

Titulares

Gustavo Capanema
João Calmon
Tarso Dutra
Geraldo Mesquita
Cattete Pinheiro
Milton Trindade

Suplentes

Arnon de Mello
Helvídio Nunes
José Sarney

ARENA**MDB**

Benjamin Farah Franco Montoro

Assistente: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas

Local: Sala "D" — Marrom — Anexo II — Ramal 615.

COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Cleofas

Vice-Presidente: Virgílio Távora

Titulares

Celso Ramos
Lourival Baptista
Saldanha Derzi
Geraldo Mesquita
Alexandre Costa
Fausto Castelo-Branco
Lenoir Vargas
Jessé Freire
João Cleofas
Carvalho Pinto
Virgílio Távora
Wilson Gonçalves
Mattos Leão
Tarso Dutra

ARENA**MDB**

Amaral Peixoto

Ruy Carneiro

Danton Jobim

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675

Reuniões: Quartas-Feiras, às 11:00 horas

Local: Sala "A" — Laranja — Anexo II — Ramal 623.

Suplentes

Cattete Pinheiro
Antônio Carlos
Daniel Krieger
Milton Trindade
Dinarte Mariz
Eurico Rezende
Flávio Britto
.....

Nelson Carneiro

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Franco Montoro

Vice-Presidente: Heitor Dias

Titulares

Heitor Dias
Domício Gondin
Renato Franco
Guido Mondin
Ney Braga
Eurico Rezende

ARENA**MDB**

Franco Montoro

Danton Jobim

Assistente: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 307

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala "C" — Azul — Anexo II — Ramal 617.

Suplentes

Wilson Campos
Accioly Filho
José Esteves

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Arnon de Mello

Vice-Presidente: Benjamin Farah

Titulares

Arnon de Mello
Luiz Cavalcante
Leandro Maciel
Milton Trindade
Domício Gondin
Lenoir Vargas

ARENA**MDB**

Benjamin Farah

Danton Jobim

Assistente: Haroldo Pereira Fernandes — Ramal 674

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala "E" — Bege — Anexo II — Ramal 613.

COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)

(5 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Antônio Carlos
Vice-Presidente: Danton Jobim**Titulares****Suplentes****ARENA**Antônio Carlos
José Lindoso
José Augusto
Cattete PinheiroLourival Baptista
Wilson Gonçalves**MDB**

Danton Jobim

Ruy Carneiro

Assistente: Beatriz Brandão Guerra — Ramal 134

Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala "E" — Bege — Anexo II — Ramal 613.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)

(15 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Carvalho Pinto
Vice-Presidente: Wilson Gonçalves**Titulares****Suplentes****ARENA**Carvalho Pinto
Wilson Gonçalves
Jessé Freire
Fernando Corrêa
Antônio Carlos
Arnon de Mello
Magalhães Pinto
Accioly Filho
Saldanha Derzi
José Sarney
Lourival Baptista
João CalmonDinarte Mariz
Fausto Castelo-Branco
Carlos Lindenberg
José Lindoso
José Guimard
Cattete Pinheiro
Virgílio Távora
Ney Braga**MDB**Franco Montoro
Danton Jobim
Nelson Carneiro

Amaral Peixoto

Assistente: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 307

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas

Local: Sala "B" — Lilás — Anexo II — Ramal 621.

COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Fernando Corrêa
Vice-Presidente: Fausto Castelo-Branco**Titulares****Suplentes****ARENA**Fernando Corrêa
Fausto Castelo-Branco
Cattete Pinheiro
Lourival Baptista
Duarte Filho
Waldemar AlcântaraSaldanha Derzi
Wilson Campos
Clodomir Milet**MDB**

Benjamin Farah

Ruy Carneiro

Assistente: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 312

Reuniões: Terças-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala "C" — Azul — Anexo II — Ramal 617.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Waldemar Alcântara
Vice-Presidente: José Guimard**Titulares****Suplentes****ARENA**Waldemar Alcântara
José Lindoso
Virgílio Távora
José Guimard
Flávio Britto
Vasconcelos TorresAlexandre Costa
Celso Ramos
Milton Trindade**MDB**

Benjamin Farah

Amaral Peixoto

Assistente: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306

Reuniões: Terças-feiras, às 10:30 horas

Local: Sala "D" — Marrom — Anexo II — Ramal 615.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Amaral Peixoto
Vice-Presidente: Tarso Dutra**Titulares****Suplentes****ARENA**Tarso Dutra
Celso Ramos
Osires Teixeira
Heitor Dias
Jessé Freire
.....Magalhães Pinto
Gustavo Capanema
Paulo Guerra**MDB**

Amaral Peixoto

Benjamin Farah

Assistente: Cândido Hipperdt — Ramal 676

Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "A" — Laranja — Anexo II — Ramal 623.

**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES
E OBRAS PÚBLICAS — (CT)**

(7 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Leandro Maciel
Vice-Presidente: Alexandre Costa**Titulares****Suplentes****ARENA**Leandro Maciel
Alexandre Costa
Luiz Cavalcante
Lenoir Vargas
Geraldo Mesquita
José EstevesDinarte Mariz
Duarte Filho
Virgílio Távora**MDB**

Danton Jobim

Benjamin Farah

Assistente: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 312

Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala "C" — Azul — Anexo II — Ramal 617.

**B) SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS, ESPECIAIS E
DE INQUÉRITO****COMISSÕES TEMPORÁRIAS**

Chefe: J. Ney Passos Dantas — Telefone: 24-8105 — Ramal 303

Assistente de Comissões: Hugo Antônio Crepaldi — Ramal 672.

e Mauro Lopes de Sá — Ramal 310, Local: Anexo II

1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional.

2) Comissões Temporárias para Apreciação de Vetos.

3) Comissões Especiais e de Inquérito.

4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (art. 90 do Regimento Comum).

LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA

PUBLICAÇÃO DA DIRETORIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL

Volume com 326 páginas — Preço Cr\$ 20,00

INDICE

- | | |
|---|---|
| <p>I — LEI ORGÂNICA DOS PARTIDOS POLÍTICOS</p> <p>a) Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 — "Lei Orgânica dos Partidos Políticos" (D.O. de 21-7-71; ret. D.O. de 23-7-71).</p> <p>b) Lei nº 5.697, de 27 de agosto de 1971 — "Dá nova redação aos artigos que menciona da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971</p> <p>— Lei Orgânica dos Partidos Políticos" (D.O. de 1º-9-71).</p> <p>c) Quadro Comparativo:</p> <p>— Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 — "Lei Orgânica dos Partidos Políticos" (D.O. de 21-7-71; ret. D.O. de 23-7-71);</p> <p>— Lei nº 5.697, de 27 de agosto de 1971 — "Dá nova redação aos artigos que menciona da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 — Lei Orgânica dos Partidos Políticos" (D.O. de 1º-9-71);</p> <p>— Projeto de Lei nº 8/71 (CN); e</p> <p>— Lei nº 4.740, de 15 de julho de 1965 — "Lei Orgânica dos Partidos Políticos" (D.O. de 19-7-65; ret. D.O. de 3-7-65).</p> <p>d) Instruções para Organização, Funcionamento e Extinção dos Partidos Políticos — Resolução nº 9.058, de 3 de setembro de 1971, do Tribunal Superior Eleitoral (D.J. de 13-9-71).</p> | <p>II — CÓDIGO ELEITORAL</p> <p>a) Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 — "Institui o Código Eleitoral" (D.O. de 19-7-65; ret. D.O. de 30-7-65).</p> <p>b) alterações:</p> <p>— Lei nº 4.961, de 4 de maio de 1966 — "Altera a redação da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral)" (D.O. de 6-5-66) (alterações já consignadas);</p> <p>— Decreto-lei nº 441, de 29 de janeiro de 1969 — "Altera e revoga dispositivos da Lei nº 4.961, de 4 de maio de 1966" (D.O. de 30-1-69; ret. D.O. de 4-2-69) (alterações já consignadas);</p> <p>— Decreto-lei nº 1.064, de 24 de outubro de 1969 — "Altera a redação do art. 302 do Código Eleitoral, e dá outras providências" (D.O. de 27-10-69).</p> <p>III — SUBLEGENDAS</p> <p>— Lei nº 5.453, de 14 de julho de 1969 — "Institui o sistema de sublegenda, e dá outras providências" (D.O. de 18-6-68).</p> <p>IV — INELEGIBILIDADES</p> <p>— Lei Complementar nº 5, de 29 de abril de 1970 — "Estabelece, de acordo com a Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, art. 151 e seu parágrafo único, casos de inelegibilidades, e dá outras providências" (D.O. de 29-4-70).</p> |
|---|---|

Constituição da República Federativa do Brasil

(Emenda Constitucional n.º 1, de 17-10-69)

FORMATO DE BOLSO

PREÇOS:	{	EM BROCHURA	Cr\$ 2,00
		ENCADERNADA EM PLÁSTICO	Cr\$ 3,50
		ENCADERNADA EM PELICA	Cr\$ 7,00

ÍNDICE DO CÓDIGO CIVIL APLICADO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Organizado por Jardel Noronha e Odaléa Martins

Explicação dos autores:

O presente trabalho, que denominamos ÍNDICE DO CÓDIGO CIVIL APLICADO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, foi elaborado com a coleção de acórdãos, cujos processos versam sobre Direito Civil e foram julgados à luz do CÓDIGO CIVIL.

Para melhor orientação e facilidade do encontro do assunto de interesse do consulente, coordenamos um índice por ordem alfabética e outro, ao qual denomina-

mos classificação, por ordem de artigo do Código Civil. Neste índice, vamos encontrar um mesmo artigo citado várias vezes; isso deve ao fato de que o julgamento, embora envolvendo o artigo "X", inclui, também, outra legislação, e, além disso, virá mostrar a uniformidade dos julgados pelo Excelso Pretório proferidos.

Compilamos os julgados por ordem numérica, não importando a espécie do processo, facilitando, assim, seu manuseio, e abaixo damos o roteiro:

I PARTE: a) Classificação, por artigo, do Código Civil — V; b) Legislação Complementar — CLXV; **II PARTE:** a) Súmulas do STF aplicadas ao Código Civil — I; b) Julgamentos — 27; **III PARTE:** a) Índice alfabético remissivo — 389; b) Índice numérico por espécie de processo — 458.

Preço do volume com 680 páginas em brochura Cr\$ 30,00
encadernado, impresso em papel bíblia Cr\$ 40,00

JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

"REFERÊNCIAS DA SÚMULA DO STF"

Trabalho completo da Súmula do STF, contendo todos os Acórdãos, Leis federais, estaduais, municipais, Decretos, Decretos-leis, Portarias, Resoluções e o Regimento Interno do STF, que serviram de base à Súmula.

CONTENDO AS 551 SÚMULAS OFICIAIS

No 10.º Volume o índice completo por matéria. — O 20.º Volume contém os enunciados das novas Súmulas n.ºs 473 a 551. — O 21.º Volume contém o Regimento Interno do STF (atualizado)

PREÇO: CR\$ 20,00 POR VOLUME, EM BROCHURA — OBRA TOTAL: 30 VOLUMES, INCLUINDO-SE AS 79 NOVAS SÚMULAS

(Trabalho de Jardel Noronha e Odaléa Martins)

ALTERAÇÕES À SÚMULA DA JURISPRUDÊNCIA PREDOMINANTE NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

ÍNDICE GERAL: Apresentação — Composição do Tribunal — Processos da competência do STF (Portaria n.º 87) — índice alfabético e remissivo — Súmulas alteradas (n.ºs 2 — 11 — 71 — 73 — 74 — 118 — 146 — 152 — 211 — 240 — 274 — 345 — 358 — 370 — 416 — 427 — e 435) — Aplicação das Súmulas n.ºs 473 a 551.

Volume com 324 páginas, organizado por Jardel Noronha e Odaléa Martins.

Preço Cr\$ 25,00

REGIMENTO INTERNO E TABELA DE CUSTAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL COM ÍNDICE E LEGISLAÇÃO CITADA

Volume com 104 páginas — Preço: Cr\$ 5,00

MAR TERRITORIAL

DOIS VOLUMES CONTENDO 862 PAGINAS

- REUNIÃO DO COMITÊ JURÍDICO INTERAMERICANO
- CONFERÊNCIA SOBRE O DIREITO DO MAR (GENEVA 1971)
- 58 CONFERÊNCIA INTERPARLAMENTAR DE HAIA
- ARTIGOS SOBRE O MAR TERRITORIAL
- PRONUNCIAMENTO NO CONGRESSO SOBRE ASSUNTOS DO MAR
- OS NOVOS CAMINHOS DO MAR
- LEGISLAÇÃO E ACORDOS INTERNACIONAIS INTERESSADOS
- LEGISLAÇÃO ESTRANGEIRA
- ACORDOS INTERNACIONAIS
- REUNIÃO LATINO-AMERICANA SOBRE ASPECTOS DO DIREITO DO MAR

PREÇO DE VENDA: DOIS VOLUMES CR\$ 35,00

LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA

PUBLICAÇÃO DA DIRETORIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL

Volume com 326 páginas — Preço Cr\$ 20,00

INDICE

- | | |
|---|---|
| <p>I — LEI ORGÂNICA DOS PARTIDOS POLÍTICOS</p> <p>a) Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 — "Lei Orgânica dos Partidos Políticos" (D.O. de 21-7-71; ret. D.O. de 23-7-71).</p> <p>b) Lei nº 5.697, de 27 de agosto de 1971 — "Dá nova redação aos artigos que menciona da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971</p> <p>— Lei Orgânica dos Partidos Políticos" (D.O. de 19-9-71).</p> <p>c) Quadro Comparativo:</p> <p>— Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 — "Lei Orgânica dos Partidos Políticos" (D.O. de 21-7-71; ret. D.O. de 23-7-71);</p> <p>— Lei nº 5.697, de 27 de agosto de 1971 — "Dá nova redação aos artigos que menciona da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 — Lei Orgânica dos Partidos Políticos" (D.O. de 19-9-71);</p> <p>— Projeto de Lei nº 8/71 (CN); e</p> <p>— Lei nº 4.740, de 15 de julho de 1965 — "Lei Orgânica dos Partidos Políticos" (D.O. de 19-7-65; ret. D.O. de 3-7-65).</p> <p>d) Instruções para Organização, Funcionamento e Extinção dos Partidos Políticos — Resolução nº 9.058, de 3 de setembro de 1971, do Tribunal Superior Eleitoral (D.J. de 13-9-71).</p> | <p>II — CÓDIGO ELEITORAL</p> <p>a) Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 — "Institui o Código Eleitoral" (D.O. de 19-7-65; ret. D.O. de 30-7-65).</p> <p>b) alterações:</p> <p>— Lei nº 4.961, de 4 de maio de 1966 — "Altera a redação da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral)" (D.O. de 6-5-66) (alterações já consignadas);</p> <p>— Decreto-lei nº 441, de 29 de janeiro de 1969 — "Altera e revoga dispositivos da Lei nº 4.961, de 4 de maio de 1966" (D.O. de 30-1-69; ret. D.O. de 4-2-69) (alterações já consignadas);</p> <p>— Decreto-lei nº 1.064, de 24 de outubro de 1969 — "Altera a redação do art. 302 do Código Eleitoral, e dá outras providências" (D.O. de 27-10-69).</p> <p>III — SUBLENDAS</p> <p>— Lei nº 5.453, de 14 de julho de 1969 — "Institui o sistema de sublegenda, e dá outras providências" (D.O. de 18-6-68).</p> <p>IV — INELEGIBILIDADES</p> <p>— Lei Complementar nº 5, de 29 de abril de 1970 — "Estabelece, de acordo com a Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, art. 151 e seu parágrafo único, casos de inelegibilidades, e dá outras providências" (D.O. de 29-4-70).</p> |
|---|---|

ANAIIS DO SENADO

Mês de fevereiro de 1965	— SESSÕES 1. ^a a 16. ^a — Preparatória
Mês de março de 1965	— SESSÕES 1. ^a a 20. ^a — Preparatória
Mês de abril de 1965	— SESSÕES 21. ^a a 38. ^a —
Mês de maio de 1965	— SESSÕES 39. ^a a 50. ^a — tomo I
Mês de maio de 1965	— SESSÕES 51. ^a a 62. ^a — Tomo II
Mês de julho de 1965	— SESSÕES 90. ^a a 106. ^a —
Mês de agosto de 1965	— SESSÕES 107. ^a a 117. ^a — tomo I
Mês de agosto de 1965	— SESSÕES 118. ^a a 130. ^a — tomo II
Mês de setembro de 1965	— SESSÕES 141. ^a a 142. ^a — tomo I
Mês de setembro de 1965	— SESSÕES 143. ^a a 145. ^a — tomo II
Mês de outubro de 1965	— SESSÕES 146. ^a a 155. ^a — tomo I
Mês de outubro de 1965	— SESSÕES 156. ^a a 166. ^a — tomo II
Mês de janeiro de 1968	— SESSÕES 1. ^a a 12. ^a (Convocação Extraord.)
Mês de fevereiro de 1968	— SESSÕES 13. ^a a 27. ^a (Convocação Extraord.)
Mês de fevereiro de 1968	— SESSÕES 28. ^a a 34. ^a (Convocação Extraord.)
Mês de março de 1968	— SESSÕES 1. ^a a 15. ^a (1. ^a e 2. ^a Sessões Preparatórias — Vol. I)
Mês de março de 1968	— SESSÕES 16. ^a a 32. ^a — tomo II
Mês de abril de 1968	— SESSÕES 33. ^a a 42. ^a — tomo I
Mês de abril de 1968	— SESSÕES 43. ^a a 62. ^a — tomo II
Mês de maio de 1968	— SESSÕES 63. ^a a 78. ^a — tomo I
Mês de maio de 1968	— SESSÕES 79. ^a a 100. ^a — tomo II
Mês de junho de 1968	— SESSÕES 101. ^a a 114. ^a — tomo I
Mês de junho de 1968	— SESSÕES 115. ^a a 132. ^a — tomo II
Mês de julho de 1968	— SESSÕES 1. ^a a 10. ^a (Convocação Extraord.)
Mês de julho de 1968	— SESSÕES 11. ^a a 24. ^a — tomo II
Mês de agosto de 1968	— SESSÕES 133. ^a a 150. ^a — tomo I
Mês de agosto de 1968	— SESSÕES 151. ^a a 171. ^a — tomo II
Mês de setembro de 1968	— SESSÕES 172. ^a a 188. ^a — tomo I
Mês de setembro de 1968	— SESSÕES 189. ^a a 209. ^a — tomo II
Mês de outubro de 1968	— SESSÕES 210. ^a a 231. ^a — tomo I
Mês de outubro de 1968	— SESSÕES 232. ^a a 262. ^a — tomo II
Mês de novembro de 1968	— SESSÕES 263. ^a a 275. ^a — tomo I
Mês de novembro de 1968	— SESSÕES 276. ^a a 298. ^a — tomo II
Mês de dezembro de 1968	— SESSÕES 1. ^a a 15. ^a — tomo I (Convocação Extraordinária)
Mês de outubro de 1969	— SESSÕES 1. ^a a 7. ^a — tomo I
Mês de novembro de 1969	— SESSÕES 8. ^a a 19. ^a — tomo I
Mês de novembro de 1969	— SESSÕES 20. ^a a 36. ^a — tomo II
Mês de abril de 1970	— SESSÕES 1. ^a a 12. ^a — tomo I
Mês de abril de 1970	— SESSÕES 13. ^a a 20. ^a — tomo II
Mês março/abril de 1971	— SESSÕES 1. ^a a 11. ^a — tomo I
Mês março/abril de 1971	— SESSÕES 12. ^a a 21. ^a — tomo II
Mês de maio de 1971	— SESSÕES 22. ^a a 32. ^a — tomo I
Mês de maio de 1971	— SESSÕES 33. ^a a 44. ^a — tomo II
Mês de julho de 1971	— SESSÕES 68. ^a a 81. ^a — tomo I
Mês de julho de 1971	— SESSÕES 82. ^a a 93. ^a — tomo II
Mês de agosto de 1971	— SESSÕES 94. ^a a 103. ^a — tomo I
Mês de agosto de 1971	— SESSÕES 104. ^a a 115. ^a — tomo II
Mês de setembro de 1971	— SESSÕES 116. ^a a 126. ^a — tomo I
Mês de setembro de 1971	— SESSÕES 127. ^a a 138. ^a — tomo II
Mês de outubro de 1971	— SESSÕES 139. ^a a 148. ^a — tomo I
Mês de outubro de 1971	— SESSÕES 149. ^a a 157. ^a — tomo II
Mês de abril de 1972	— SESSÕES 1. ^a a 12. ^a — tomo I

PREÇO DE CADA VOLUME: Cr\$ 10,00

ANAIIS DA CONSTITUIÇÃO DE 1967

Os ANAIS DA CONSTITUIÇÃO DE 1967, obra elaborada pela Diretoria de Informação Legislativa e impressa pelo Serviço Gráfico do Senado Federal, compreendem 7 volumes em feição inteiramente nova, diversa do estilo tradicional de Anais.

Ao quadro comparativo (Projeto de Constituição de 1967 — Constituição de 1964 — Emendas Constitucionais e Ato Institucional) distribuído aos Senhores Congressistas no início da discussão e votação da nova Constituição, seguem-se, agora, os demais volumes dos Anais.

1.º VOLUME: Edição 1967 — 420 págs. — Preço: Cr\$ 6,00. Antecedentes da Constituição através do noticiário da imprensa.

Neste volume são divulgadas as principais manifestações da imprensa brasileira, no decorrer do ano de 1966, em editoriais, crônicas; entrevistas e reportagens, abordando a reforma constitucional desde a indicação da Comissão de Juristas; o texto do Anteprojeto da Comissão de Juristas; as divergências ocorridas entre os membros daquela Comissão; as manifestações de Congressistas e constitucionalistas face ao problema da outorga, eleição de uma Assembleia Constituinte ou ato convocatório do atual Congresso; o papel desempenhado pelos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, Senador Moura Andrade e Deputado Adauto Lúcio Cardoso, em defesa da independência e soberania do Poder Legislativo, críticas e sugestões ao Projeto de Constituição e análise dos Capítulos do Projeto originário do Executivo e remetido ao Congresso em 12 de dezembro de 1966.

2.º VOLUME: Edição 1967 — 432 págs. — Preço: Cr\$ 5,00. Primeira fase de tramitação do Projeto de Constituição no Congresso Nacional — Discussão e votação do Projeto.

Este volume contém os pronunciamentos dos parlamentares nas 18 sessões conjuntas realizadas de 12 a 21 de dezembro de 1966 para discussão e votação do Projeto de Constituição.

Focaliza as manifestações referentes à matéria constitucional, fornecendo, para facilitar as pesquisas, índices de sessões, autores (de discursos, apartes, declarações de voto e questões de ordem) — com pequeno resumo dos temas abordados — e ainda um índice de assuntos.

3.º VOLUME: Edição 1968 — 202 págs. — Preço: Cr\$ 5,00. Discursos pronunciados em sessões do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

Discursos pronunciados antes do envio do Projeto da nova Constituição ao Congresso Nacional, assim como aqueles referentes ao período da convocação extraordinária do Congresso, com uma cobertura completa dos trabalhos constitucionais, a partir de 29-11-66 até 11-1-67.

4.º VOLUME: Edição 1968 — 1.192 págs. (2 tomos) — Preço: Cr\$ 20,00. — Num total de 945 págs. Segunda fase de tramitação do Projeto de Constituição no Congresso Nacional.

Discussão e votação das emendas. Contém os pronunciamentos ocorridos nas sessões conjuntas realizadas de 5 a 24 de janeiro de 1967 para discussão e votação das emendas ao Projeto e promulgação da nova Constituição.

5.º VOLUME: Edição 1969 — 746 págs. — Preço: Cr\$ 10,00. Comissão Mista.

Contém as reuniões realizadas pela Comissão Mista encarregada de emitir parecer sobre o Projeto de Constituição e as emendas que lhe foram oferecidas.

6.º VOLUME: Edição 1969 — 1.076 págs. (2 tomos) — Preço: Cr\$ 20,00. Emendas oferecidas ao Projeto de Constituição.

Este volume apresenta cada emenda com a respectiva justificação e sua tramitação detalhada: pareceres (dos Sub-Relatores, do Relator-Geral e da Comissão Mista), requerimentos (destaque, preferência, votação conjunta) e votação. É feita a remissão ao 4.º volume da obra, com indicação nas páginas.

7.º VOLUME: Edição 1970 — Quadro Comparativo.

Constituição de 1967 — Projeto originário do Poder Executivo — Emendas aprovadas, artigo por artigo. Volume com 282 páginas — Preço: Cr\$ 8,00.

Constituição da República Federativa do Brasil

(Emenda Constitucional n.º 1, de 17-10-69)

FORMATO DE BOLSO

PREÇOS:	EM BROCHURA	Cr\$ 2,00
	ENCADERNADA EM PLÁSTICO	Cr\$ 3,50
	ENCADERNADA EM PELICA	Cr\$ 7,00

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.503
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 24 PAGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,50